



**EDITAL DE LICITAÇÃO – SEF/MG**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 1191001 004/2010**

**PROCESSO N.º: 0012351-1190-2009-6**

**TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO**

**1 – PREÂMBULO**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, por meio de Comissão Especial de Licitação da Superintendência de Gestão e Finanças, instituída pela Portaria n.º 15, de 26 de janeiro de 2010, torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, em sessão pública, visando adquirir o objeto deste ato convocatório, nos termos do Decreto Estadual n.º 44.431, de 29 de dezembro de 2006, Decreto Estadual n.º 44.630, de 03 de outubro de 2007, Resolução Conjunta SEPLAG-SEDE-JUCEMG n.º 6.419, de 30 de novembro de 2007, Resolução SEPLAG n.º 58, de 30 de novembro de 2007, Resolução SEPLAG n.º 009, de 16 de fevereiro de 2009, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas condições estabelecidas no presente edital, observados os preceitos da Lei Estadual n.º 13.994, de 18 de setembro de 2001.

Comissão Especial de Licitação: Renata Viana Simões, MASP 669.573-8; Marília Izabel de Almeida, MASP: 339.982-1; Eliana Mara Marcolino, MASP 363.129-8; Rogério Zupo Braga, MASP 668.359-3; Cláudia Rodrigues da Franca, MASP 381.441-5 e Rafael Costa Ribeiro, MASP 752.138-8.

**Data e hora do encaminhamento dos envelopes contendo “Documentação de Habilitação”, “Proposta Técnica” e “Proposta Comercial” (horário de Brasília):**

Os envelopes deverão ser entregues no Protocolo Geral da SEF/MG, situado na Rua da Bahia, n.º 1816, térreo, Belo Horizonte/MG, **até o dia 23/03/2010, às 09h00’**.

**Data da abertura da Sessão:**

**23/03/2010, às 10h00’**

**2 – OBJETO**

Contratação de fornecedor especializado na prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, mediante contrato, nas condições previstas neste edital e seus anexos.



### **3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Somente poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto e desde que previamente credenciadas.

**3.2** - Não poderão participar fornecedores que estiverem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, sociedades estrangeiras que não funcionem ou que não estejam autorizadas a operar no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, e fornecedor da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, qualquer servidor de órgão ou entidade pertencente ao Estado de Minas Gerais.

**3.3** - Será permitida a participação de empresas em consórcios para a prestação dos serviços objeto deste certame, nos termos do art. 33 da Lei. 8.666/93.

**3.3.1** - A sociedade ou entidade líder do consórcio deverá apresentar o instrumento de constituição ou de compromisso de constituição do consórcio, o qual não deverá revelar dados contidos na proposta técnica ou comercial, e que deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) indicar a entidade líder do consórcio, que será responsável perante SEF/MG pelo cumprimento das obrigações das consorciadas;
- b) conferir à sociedade ou entidade líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e no contrato, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;
- c) regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no preço e no pagamento, se for o caso; e
- d) regular a responsabilidade de cada consorciada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e/ou técnicas, devendo as sociedades ou entidades integrantes do consórcio serem, obrigatoriamente, responsáveis solidárias pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do procedimento licitatório e do contrato.

**3.3.2-** As empresas consorciadas estão sujeitas, ainda, às seguintes condições:

- a) apresentação dos documentos em conformidade com o disposto no item nº 6 deste Edital, por parte de cada consorciado;
- b) impedimento de participação de empresa consorciada, em mais de um consórcio ou isoladamente;
- c) o fornecedor vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1;
- d) caso seja empregada fábrica de software, ela deverá estar situada em um único endereço, não podendo ser utilizada mais de uma fábrica de software.

**3.3.3-** Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

**3.3.3.1** - Entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem e empresas sujeitas a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativas.



**3.4** - Fica vedada, às empresas que oferecerem proposta como consorciadas, a apresentação de proposta individual ou em qualquer outro Consórcio.

**3.5** - Cada empresa ou instituição, inclusive suas filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, só poderá apresentar uma proposta.

**3.6** - A participação no certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

#### **4 - DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**4.1** – Os envelopes contendo “Documentação de Habilitação”, “Proposta Técnica” e “Proposta Comercial” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao mesmo tempo no Protocolo Geral da SEF/MG, conforme endereço, dia e horário acima especificados, e contendo os documentos exigidos, de forma ordenada, obedecendo à sequência da solicitação do edital.

**4.2** – Os envelopes deverão, ainda, indicar, em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 1191001 004/2010  
NOME EMPRESARIAL DO FORNECEDOR:  
DATA DE ABERTURA: 23/03/2010  
HORÁRIO DE ABERTURA: 10:00 HORAS  
ENVELOPE Nº. 1 – **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 1191001 004/2010  
NOME EMPRESARIAL DO FORNECEDOR:  
ENVELOPE Nº. 2 – **PROPOSTA TÉCNICA**

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 1191001 004/2010  
NOME EMPRESARIAL DO FORNECEDOR:  
ENVELOPE Nº. 3 – **PROPOSTA COMERCIAL**

**4.3** - O local, data e horário para abertura dos Envelopes 2 e 3 - Proposta Técnica e Comercial serão determinados pela Comissão Especial de Licitação e comunicados aos fornecedores, com antecedência de 24 h (vinte e quatro horas), mediante publicação no “Minas Gerais”, Diário Oficial do Estado.

**4.4** - A abertura dos Envelopes 2 e 3 será efetuada depois de decorridos os prazos recursais previstos na Lei Federal n.º 8.666/93.

**4.5** - O conteúdo do Envelope 1 – Documentação de Habilitação e dos Envelopes 2 e 3 – Propostas Técnica e Comercial, deverá ser apresentado em uma única via, numerada sequencialmente e rubricada por representante legal do fornecedor.

**4.6** – A documentação exigida neste edital poderá ser apresentada em qualquer sistema de cópia devidamente autenticada em cartório ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial, sem prejuízo



da eventual apresentação de originais para conferência, quando solicitados pela Comissão Especial de Licitação.

**4.6.1** – É facultada aos fornecedores a apresentação de documentos originais para autenticação das cópias pela Comissão Especial de Licitação, nos termos da legislação pertinente (Decreto Estadual nº. 20.407, de 28 de janeiro de 1980).

**4.6.2** – Não serão aceitas:

- a) cópias ilegíveis;
- b) documentos cujas datas estejam rasuradas.

**4.7** – A SEF/MG não se responsabilizará por envelopes de “Documentação de Habilitação”, “Proposta Técnica” e “Proposta Comercial” que não forem protocolados no local, data e horário definidos neste edital.

## **5 – DO CREDENCIAMENTO**

**5.1** – Para manifestação nas sessões públicas, assinaturas de atas e demais documentos, o representante do fornecedor deverá se apresentar para credenciamento, junto à Comissão Especial de Licitação, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo fornecedor, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

**5.2** - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

**5.2.1** - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa fornecedora, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

**5.2.2** - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário do fornecedor, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.2.3** – O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo constante do quadro a seguir:

PROCURAÇÃO
O fornecedor (nome empresarial) _____, CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para, junto ao Estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários para representar o outorgante na Concorrência Pública Nº. 1191001 004/2010, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.
Local, data e assinatura



RECONHECER FIRMA(S)  
(Obs. Apor carimbo padronizado do CNPJ do fornecedor)

**5.3** - O não credenciamento de representante legal na sessão pública não inabilitará o fornecedor, mas inviabilizará a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal do fornecedor.

**5.4** - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um fornecedor.

## **6 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 1**

**6.1** - Será realizada consulta dos dados dos **fornecedores** no **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP**, bem como consulta ao **Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF** (Certificado de Registro Cadastral) cujo resultado será impresso e juntado aos procedimentos de licitação e, ainda, a análise da documentação constante do Envelope 1 – Documentação de Habilitação, conforme descrição a seguir:

### **6.2 – Habilitação Jurídica:**

- a) **registro comercial para o empresário;**
- b) **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de **sociedades empresárias** e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **inscrição do ato constitutivo**, no caso de **sociedades simples**;
- d) **decreto de autorização**, em se tratando de **sociedade estrangeira em funcionamento no País**, acompanhada do ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio**, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

**6.2.1** - Os documentos comprobatórios das alíneas “a”, “b” e “c” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **6.3 – Regularidade Fiscal:**

- a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF**;
- b) prova de **regularidade** para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor;
- c) prova de **regularidade** para com a **Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor**;
- d) prova de **regularidade** para com a **Fazenda do Estado de Minas Gerais**, por meio de CDT – Certidão de Débitos Tributários;
- e) prova de **regularidade** para com a **Fazenda Nacional**, por meio de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Específica relativa a Contribuições Previdenciárias e Contribuições**



**Devidas, por Lei, a Terceiros**, ambas fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

f) certificado de **regularidade** perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, emitido pela Caixa Econômica Federal.

**6.3.1** - O fornecedor, enquadrado na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar toda a documentação exigida neste edital, inclusive os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe os artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**6.3.2** – Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais, este deverá comprovar inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais, por meio de Certidão de Débito Tributário - CDT, podendo ser solicitada pelo site [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).

#### **6.4 - Qualificação Econômico-Financeira:**

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a situação financeira da empresa, **vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios**, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou de outro indicador que o venha a substituir.

a.1) serão considerados aceitos, **na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis**, assim apresentados:

a.1.1) **sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima)**: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

a.1.2) **sociedades empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)**: fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.1.2.1) No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício.

a.1.3) **sociedade criada no exercício em curso**: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.1.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.1.5) a **boa situação financeira** será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

a.1.5.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a.1.5.2) se houver necessidade de a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente.

b) comprovação de possuir, até a data da publicação deste edital, patrimônio líquido no valor mínimo de R\$1.307.040,00 (Um milhão, trezentos e sete mil e quarenta reais).

b.1) Esta comprovação será exigida somente no caso de o fornecedor apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral).

b.2) Em se tratando de consórcio, em atenção ao art. 33, III, da Lei nº 8.666/93, a comprovação de patrimônio líquido mínimo será equivalente a R\$1.699.152,00 (Um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil e cento e cinquenta e dois reais).

b.2.1) Em consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei, deverá ser comprovada a existência de patrimônio líquido no valor mínimo de R\$609.103,95 (Seiscentos e nove mil, cento e três reais e noventa e cinco centavos).

#### 6.5 - Qualificação Técnica:

**a) Atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente datado(s) e assinado(s), **compatíveis com o objeto licitado**, comprovando, de forma satisfatória e a contento, a prestação dos seguintes serviços:

a.1) Administração de ambientes de banco de dados - ORACLE 10g (ou superior), envolvendo a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos;

a.2) Administração de ambientes operacionais Solaris (versão 9 ou superior), envolvendo a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos;

a.3) Desenvolvimento ou manutenção de aplicações Web/J2EE com utilização de framework e acesso a dados corporativos, envolvendo a prestação de pelo menos 10.000 (dez mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos;

a.4) Administração de servidores de aplicação Oracle Application Server 10g (ou superior), Websphere (na sua última versão) ou Jboss versão 4 (ou superior), envolvendo a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos;

a.5) Administração de ambiente operacional Windows Server 2003 ou superior, envolvendo a prestação de pelo menos 3.500 (três mil e quinhentas) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos.



a.6) Suporte técnico envolvendo o ambiente tecnológico, no que tange a quantidade de equipamentos servidores instalados (sem considerar servidores virtuais), quantidade de estações de trabalho e armazenamento bruto de dados.

b) Comprovação de existência de **parceria certificada** com fabricantes de hardware e software em uso na SEF/MG, com pelo menos 01 (uma) das seguintes empresas: Oracle; Sun Microsystems; Computer Associates; Microsoft; IBM; Websense; Checkpoint; Cisco, Rad Hat.

**6.5.1** - No caso de empresas reunidas em consórcio, para efeitos de qualificação técnica, admite-se, quando da apresentação dos documentos exigidos neste subitem, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, conforme inciso III, art. 33 da Lei nº 8.666/93.

## **6.6 – Das demais disposições acerca da Habilitação**

**6.6.1** - O fornecedor detentor do Certificado de Registro Cadastral – CRC (emitido pelo *Portal de Compras*) poderá apresentá-lo em substituição aos documentos exigidos neste edital, desde que dentro do prazo e dentro do Envelope 1 – Documentação de Habilitação.

**6.6.2** - Na hipótese do subitem anterior, constando do Certificado de Registro Cadastral qualquer documento com o prazo de validade vencido, será assegurado ao fornecedor o direito de encaminhar o documento atualizado, anexado ao Certificado de Registro Cadastral, dentro do Envelope 1 – Documentação de Habilitação.

**6.6.2.1** - Na hipótese de documentos com data de validade vencida no CRC e, não sendo apresentada, pelo fornecedor já inscrito, documentação satisfatoriamente atualizada e regularizada, dentro do Envelope 1 – Documentação de Habilitação, o fornecedor será inabilitado.

**6.6.3** – Serão analisados no Certificado de Registro Cadastral somente os documentos exigidos neste certame.

**6.6.4** - Juntamente com os documentos de habilitação, o fornecedor **mesmo cadastrado** junto ao Certificado de Registro Cadastral, deverá apresentar dentro do Envelope 1 – Documentação de Habilitação os seguintes documentos:

a) **Certidão Negativa de Falência e recuperação judicial e extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

b) **Declaração** assinada por quem possua poderes para representá-lo em juízo ou fora dele, **conforme modelo abaixo**:

### **DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, sob as penas da lei, que as informações abaixo sobre o fornecedor (nome empresarial) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº. \_\_\_\_\_, são firmes e verdadeiras:

1. inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei;
2. até a presente data, todas as informações constantes da base de dados do Cadastro Geral de Fornecedores do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais são verdadeiras e exprimem a atual situação do fornecedor, comprovada pelos documentos apresentados ao setor de cadastramento de fornecedores;





3. o enquadramento ao disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (**aplicável somente para ME e EPP**)
4. sob as penas da Lei, na forma do § 2º, artigo 32, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no processo licitatório nº 0012351-1190-2009-6, da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo.

Declaro, ainda, o compromisso de informar formalmente ao CAGEF a ocorrência de qualquer fato impeditivo posterior a esta declaração que interfira nos dados constantes dos registros cadastrais do Estado de Minas Gerais, inclusive em relação ao porte do fornecedor declarado acima.

Data e local:

Assinatura do sócio procurador ou representante legal

Obs: esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o fornecedor

**6.6.5** – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão conter, de forma impressa, preferencialmente, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

**6.6.5.1** - Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz.

**6.6.7** - Os documentos provenientes da *internet* terão sua autenticidade certificada junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação, devendo os documentos objeto de consulta serem juntados ao processo pela Comissão Especial de Licitação.

**6.6.8** – Declarações falsas sujeitarão o fornecedor às sanções previstas na legislação em vigor.

**6.6.9** - O não atendimento a qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do fornecedor.

**6.6.10** – Será inabilitado o fornecedor que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

## **7 - DA PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 2**

**7.1** - A proposta técnica deverá ser apresentada em papel que identifique o fornecedor, em 01 (uma) via, devidamente assinada e rubricada em todas as folhas pelo seu representante legal, contendo o nome, endereço e o CNPJ, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou ressalvas.

**7.2** - A proposta deverá conter documentação necessária à avaliação técnica e será pontuada de acordo com os critérios discriminados a seguir:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Desempenho	35 pontos
Qualidade	18 pontos
Compatibilidade	15 pontos
Suporte a Serviços	12 pontos
<b>TOTAL</b>	<b>80 pontos</b>

**7.3** - Os critérios técnicos pontuáveis serão considerados conforme as premissas discriminadas no Anexo III deste edital.



## **8 - DA PROPOSTA COMERCIAL – Envelope nº 3**

**8.1** - A Proposta Comercial deverá ser datilografada ou impressa em papel que identifique o fornecedor, em 01 (uma) via, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais fornecedores, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, sendo a última página assinada pelo representante legal do fornecedor, observado o modelo previsto no Anexo IV deste edital.

**8.2** – O preço constante da Proposta Comercial deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, utilizando o máximo de duas casas decimais.

**8.2.1.** Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Especial de Licitação quaisquer erros de “aritmética”, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o valor unitário e o valor total, quando prevalecerá sempre o primeiro, com a respectiva correção do valor total.

**8.3** - As propostas deverão apresentar preços unitário, total e global, não podendo impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço.

**8.3.1** - Somente serão consideradas para efeito de julgamento propostas que contiverem oferta de preços para todos os itens.

**8.4** - A falta de data, assinatura e/ou rubrica na Proposta Comercial somente poderá ser suprida pelo representante legalmente constituído, presente à reunião de abertura do Envelope 3 - Proposta Comercial.

## **9 – DOS PROCEDIMENTOS**

### **9.1 – Do credenciamento**

**9.1.1** - No local, dia e hora, definidos no preâmbulo deste edital, a Comissão Especial de Licitação procederá à abertura da sessão.

**9.1.2** - Iniciada a sessão, a Comissão Especial de Licitação interpelará os presentes sobre a participação, na sessão, de responsáveis, representantes legais ou credenciados.

**9.1.3** – Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou caso não seja demonstrada a condição de representação do fornecedor, observado o item 5 deste edital.

**9.1.4** - O documento de credenciamento será retido pela Comissão Especial de Licitação e juntado ao procedimento licitatório.

### **9.2 - Da abertura dos Envelopes**

**9.2.1** - A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e de propostas será realizada em ato público previamente designado. Lavrar-se-á ata circunstanciada da abertura dos envelopes da habilitação e das propostas técnica e comercial.

**9.2.2** – Encerrado o credenciamento, a Comissão Especial de Licitação procederá à abertura do Envelope 1 - Documentação de Habilitação, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes dos fornecedores, devidamente credenciados, que estejam presentes.

**9.2.3** - Será inabilitado o fornecedor que não atender às exigências previstas neste instrumento, não se admitindo sobre qualquer pretexto a complementação desses documentos.



**9.2.4** – O fornecedor, considerado inabilitado, receberá em devolução, pelo seu representante, os Envelopes 2 e 3 – Proposta Técnica e Comercial, mediante recibo, depois de decorrido o prazo legal para a interposição de recursos ou após seu deferimento ou indeferimento, vedada sua participação nas fases subsequentes da licitação.

**9.2.5** - Após a fase de habilitação não cabe a desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação.

**9.2.6** - Concluída a fase de habilitação e depois de decorrido o prazo legal para interposição de recurso ou após o julgamento deste, ou, ainda, tenha havido desistência expressa, serão abertos os Envelopes 2 – Proposta Técnica.

a) Concluída esta fase, depois de decorrido o prazo para interposição de recurso ou após o julgamento deste, ou, ainda, tenha havido desistência expressa, serão abertos os Envelopes 3 – Proposta Comercial.

**9.2.7** - O conteúdo de cada proposta será dado ao conhecimento de todos os fornecedores presentes durante a reunião, devendo ser rubricado pelos representantes credenciados e pelos membros da Comissão Especial de Licitação.

**9.2.8** - A apresentação da proposta pelo fornecedor significa o pleno conhecimento e a concordância com as instruções deste edital.

**9.2.9** - Não serão admitidos adendos ou acréscimos à proposta, exceto os formulados pela Comissão Especial de Licitação, que poderá solicitar maiores esclarecimentos para instrução do processo.

## **10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL**

### **10.1 - Determinação da Nota Técnica (NT)**

**10.1.1** - A Nota Técnica será obtida mediante procedimento previsto no Anexo III deste edital.

### **10.2 - Determinação do Índice Técnico (IT)**

**10.2.1** - O Índice Técnico é o resultado obtido pela divisão da Nota Técnica (NT) de cada uma das propostas pela Nota Técnica (NT) que obteve a maior pontuação, a saber:

$$IT = \frac{\text{Nota Técnica (NT) da proposta em exame}}{\text{Maior Nota Técnica (NT) obtida por um dos fornecedores}}$$

**10.2.2** - Ficarão habilitadas para abertura das propostas comerciais, todas as propostas que obtiverem Índice Técnico (IT) igual ou superior a 0,75.

### **10.3 - Determinação do Índice de Preço (IP)**

**10.3.1** - O Índice de Preço é resultado obtido pela divisão do menor preço entre as propostas analisadas e o preço da proposta em exame, a saber:

$$IP = \frac{\text{Menor Preço entre todas as propostas}}{\text{Preço da proposta em exame}}$$

### **10.4 - Pontuação Total**



**10.4.1** - A Pontuação Total de cada fornecedor será obtida por meio da média ponderada das propostas técnica e comercial, empregando-se os pesos abaixo discriminados:

- a) Proposta Técnica: peso = 6
- b) Proposta Comercial: peso = 4

A fórmula para cálculo da Pontuação Total para classificação final é a seguinte:

$$PT = \frac{((6 \times IT) + (4 \times IP))}{10}$$

## **11 - DA CLASSIFICAÇÃO**

**11.1** – Os fornecedores serão classificados em ordem decrescente da pontuação obtida. Será declarado vencedor o fornecedor que obtiver a maior Pontuação Total.

**11.2** - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos outros fornecedores.

**11.3** - Não serão consideradas as propostas que estiverem em desacordo com o edital e que apresentarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

**11.4** - Será desclassificada a proposta que contiver emendas, rasuras, borrões ou outras alterações, que apresente irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento, que não se refira à integralidade do objeto licitado e que não especifique qualquer dos fatores solicitados para apuração da pontuação técnica.

**11.5** - Após a análise de seu conteúdo na forma do disposto nos itens acima as propostas serão classificadas conforme os critérios estabelecidos neste edital.

**11.6** – Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º combinado com o art. 45 § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os fornecedores serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**11.7** - Ordenadas as propostas, a Comissão Especial de Licitação examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**11.7.1** – Se houver apenas uma proposta e desde que atendidas as condições previstas no edital, a Comissão Especial de Licitação verificará se o preço encontra-se compatível com o valor estimado, podendo a proposta ser aceita.

**11.8** – Se o fornecedor enquadrado na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte for declarado vencedor, este deverá promover a regularização da documentação fiscal, conforme dispõe o artigo 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**11.8.1.** – A não regularização no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93.

**11.9** – Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

**11.9.1** – O fornecedor vencedor deverá apresentar, como condição para adjudicação do objeto, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o término da sessão de julgamento, planilha demonstrando a formação de preços para os serviços prestados, contendo, no mínimo, indicação da remuneração, dos encargos sociais (INSS, SESI ou SESC [se for o caso], SENAI ou SENAC [se for o caso], INCRA [se for o caso], seguro de acidentes de trabalho-SAT-INSS [se for o caso], FGTS, salário educação, SEBRAE [se for o caso], férias, adicional



de 1/3 de férias, FGTS nas rescisões sem justa causa, aviso prévio indenizado, auxílio doença, licença paternidade/maternidade, faltas legais, acidentes de trabalho e 13º Salário), vale alimentação, vale transporte (se for o caso), treinamento ou reciclagem (mínimo de 40 horas anuais), despesas administrativas e operacionais, lucro e tributos/contribuições para-fiscais (ISSQN, COFINS, CSSL, PIS/PASEP).

**11.10** - Se a proposta não for aceitável a Comissão Especial de Licitação examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às condições do edital, sendo o respectivo fornecedor declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto desta licitação.

## **12 - DOS RECURSOS**

Nos termos da Lei Federal Nº. 8.666/93, dos atos da Administração cabem:

**12.1** - recurso, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

**12.2** - representação, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**12.3** - pedido de reconsideração, de decisão de Secretário Estadual, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal Nº. 8.666/93, no **prazo de 10 (dez) dias úteis** da intimação do ato.

**12.4** - A intimação dos atos referidos no subitem 12.1, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste item, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no subitem 12.3, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

**12.5** - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do subitem 12.1 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

**12.6** - Interposto, o recurso será comunicado aos demais fornecedores, que poderão **impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

**12.7** - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**12.8** - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

**12.9** - Qualquer **cidadão** é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até **3 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da mesma Lei.



**12.10** - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o **fornecedor** que não o fizer até o **segundo dia útil** que anteceder à abertura dos envelopes “Documentação de Habilitação”, referente às falhas ou irregularidades que viciariam este edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**12.11** - A impugnação feita tempestivamente pelo fornecedor não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**12.12** - A inabilitação do fornecedor importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

**12.13** - Os recursos e impugnações devem ser endereçados à Comissão Especial de Licitação e protocolados junto ao Protocolo Geral da SEF/MG, localizado na Rua da Bahia, nº. 1.816, Térreo, no Município de Belo Horizonte/MG, em dias úteis, no horário de 10:00 às 16:00.

**12.14** - Não serão conhecidos os recursos e impugnações interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

**12.15** - As decisões da Administração serão afixadas no quadro de avisos deste órgão e publicadas no Diário Oficial do Estado, “Minas Gerais”, no Caderno I, Diário do Executivo, item Editais e Avisos.

### **13 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - Inexistindo manifestação recursal, a Comissão Especial de Licitação adjudicará o objeto da licitação ao fornecedor vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

**13.3** - Decididos os recursos, porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento licitatório.

### **14 – DO CONTRATO**

**14.1** - Declarado o vencedor, com resultado homologado, este será convocado a celebrar contrato, nos termos da minuta que integra este edital, devendo o instrumento ser assinado e devolvido no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento do ofício convocatório.

**14.1.1** - No ato de assinatura do contrato deverão ser apresentados todos os documentos exigidos neste edital, caso estejam vencidos.

**14.2** – Se o fornecedor, adjudicatário do objeto do certame, não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recusar sua celebração, serão convocados os fornecedores remanescentes do certame, observada a ordem de classificação.

**14.3** – Eventual solicitação de prorrogação do prazo para assinatura do contrato somente poderá ser apresentada, devidamente fundamentada, antes do decurso do prazo previsto no subitem 14.1.

**14.4** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no subitem 14.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ficando o mesmo sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, atualizado monetariamente pelo IPCA, que deverá ser quitada no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação.

**14.5** - A prorrogação do contrato dependerá de autorização prévia da Diretora da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, mediante justificativa por escrito, feita pela Superintendência de Tecnologia da Informação, nos termos do artigo 57, § 2º, da Lei 8.666/93.

**14.6** - A cada período de 12 (doze) meses, caso ocorram prorrogações contratuais, o fornecedor vencedor deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, ao FGTS e prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.



**14.7** – O fornecedor vencedor prestará garantia dos serviços durante a execução do contrato em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º da Lei 8.666/93, no montante de 5 % (cinco) por cento do valor que lhe for adjudicado como condição para assinatura do contrato.

## **15 – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

A fusão, cisão ou incorporação do fornecedor a outrem só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito da Administração, e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços objeto do Contrato.

## **16 - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado conforme previsto na Cláusula Quinta do Anexo VII – Minuta Contratual.

## **17 – DO REAJUSTAMENTO**

O preço da prestação dos serviços poderá ser reajustado, mediante termo aditivo, a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base na variação do IPCA/IBGE no período, ou no caso de sua extinção, outro índice que venha a substituí-lo.

## **18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1** – Na forma prevista no art. 88 da Lei Federal Nº. 8.666/93, garantida a ampla defesa, poderão ser aplicadas sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.2** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no CAFIMP, devendo o fornecedor ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedoros do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais previstas no contrato.

## **19 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**19.1** - Nos Projetos/Programas participantes do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais, financiados no todo ou em parte com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD serão observadas as determinações que se seguem.

**19.2** - O Banco exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários dos empréstimos do Banco), como também concorrentes/fornecedores/contratados conforme os contratos financiados pelo Banco, observem o mais alto padrão de ética durante a aquisição e execução de tais contratos. Em consequência desta política, o Banco:

(a) define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos mostrados abaixo:

- (i) "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato; e
- (ii) "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um contrato em detrimento do Mutuário, e



inclui prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não-competitivos e privar o Mutuário dos benefícios da competição livre e aberta;

(iii) "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do Mutuário, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos; e

(iv) "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato;

(v) "prática obstrutiva" significa

(aa) destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Banco sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

(bb) agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Banco de investigar e auditar.

(b) rejeitará uma proposta para adjudicação se este determinar que o concorrente recomendado para adjudicação, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a competição para o contrato em questão;

(c) cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato, se o Banco determinar, a qualquer momento, que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário do empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a aquisição ou a execução daquele contrato, sem que o Mutuário tenha tomado satisfatoriamente as medidas adequadas e devidas para que o Banco venha a corrigir a situação;

(d) sancionará uma empresa ou indivíduo, inclusive declarando-os inelegíveis, indefinidamente ou por um período determinado de tempo, para adjudicação de contrato financiado pelo Banco, se este a qualquer momento determinar que eles, diretamente ou por um agente envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a competição ou na execução de um contrato financiado pelo Banco; e

(e) terá o direito de exigir que uma disposição seja incluída nos documentos de licitação e nos contratos financiados por um Empréstimo do Banco, exigindo que concorrentes, provedores, contratantes e fornecedores autorizem o Banco inspecionar suas contas e registros e outros documentos relativos à apresentação da Proposta e execução do contrato a fim de serem examinados pelos auditores designados pelo Banco.

## **20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após a entrega dos envelopes de documentação de habilitação e das propostas técnica e comercial, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**20.2** - A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente e comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.





ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

**20.3** - A Comissão Especial de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo permitido à Comissão Especial de Licitação ou Autoridade Superior promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**20.4** – É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão.

**20.5** - Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser solicitadas à Comissão Especial de Licitação até **10º (décimo) dia útil** que anteceder à abertura dos envelopes “Documentação de Habilitação”, no horário de 10:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo Fax (31) 3217-6411 ou pelo e-mail [spgfdcomlicitacao@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdcomlicitacao@fazenda.mg.gov.br).

**20.5.1** - Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, nome empresarial e nome do representante legal) bem como informar os dados para contato (endereço completo, telefone, FAX e e-mail).

**20.6** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente neste Órgão.

**20.7** - Os fornecedores que retirarem o edital pela *internet*, deverão enviar os dados cadastrais para o seguinte e-mail: [spgfdcomlicitacao@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdcomlicitacao@fazenda.mg.gov.br).

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

HELENICE MACHADO MENDES RUTKOWSKI  
Diretora da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 – OBJETO

**1.1** - Prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, compostos de:

- a) suporte e gestão de aplicações em ambiente de produção, incluindo operação, escalonamento de tarefas e acompanhamento de sua execução;
- b) administração de banco de dados, servidores de aplicação, sistemas operacionais, softwares de segurança e redes;
- c) desenvolvimento e ou manutenção de sistemas nas linguagens Java, Delphi e Natural.

**1.2** - O volume de serviços está estimado em **190.840 (cento e noventa mil, oitocentas e quarenta) Horas-Atividade anuais e 7.350 (sete mil trezentos e cinquenta) Horas-Atividade adicionais.**

**1.3** - As especificações técnicas do objeto encontram-se detalhadas no Anexo II.

### 2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Durante o transcurso dos últimos 4 anos foram implementadas inúmeras ações contempladas no Projeto de Modernização e Reestruturação da SEF/MG, cujos objetivos eram a melhoria da qualidade do atendimento ao contribuinte, por meio da implementação de recursos tecnológicos que facilitariam o acesso a serviços, com o cumprimento das obrigações legais para com o fisco estadual, bem como respaldariam a confiabilidade, segurança e agilidade da informação gerada nos processos tributários, viabilizando o aumento da arrecadação tributária por meio do combate à sonegação.

Por conseguinte, houve grande expansão do volume de serviços de tecnologia da informação demandados, tornando-se necessário ampliar o volume de recursos para a prestação de serviços de suporte e produção, sob pena de comprometer-se gravemente a disponibilidade, o desempenho e a segurança das aplicações críticas desta Secretaria.

### 3 – AVALIAÇÃO DE CUSTO

A Superintendência de Tecnologia da Informação procedeu à consulta de mercado para verificação dos preços e estimativa dos custos, baseada no objeto da presente licitação.

### 4 – METODOLOGIA

A Concorrência Pública será do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, onde os fornecedores serão classificados em ordem decrescente de pontuação obtida e será declarado **VENCEDOR** o fornecedor que obtiver a maior Pontuação Total.

### 5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias 1191.04.122.701.2427.0001 339039 Fonte 101 e 291, 1191.04.129.017.1089.0001 339039 Fonte 101 e 121, 1191.04.129.017.1091.0001 339039 Fonte 101 e 121 do orçamento em vigor, aprovado pela Lei n.º 18.693, de 04 de janeiro de 2010, e quanto aos exercícios subsequentes, pelas dotações próprias que forem fixadas nos respectivos orçamentos.



## **5 – SANÇÕES CABÍVEIS**

- a)** As infrações referentes à licitação implicarão impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, conforme previsto no item 18 do edital;
- b)** As infrações referentes à execução do contrato implicarão advertência escrita, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda do contrato.

ANDRESA LINHARES DE OLIVEIRA  
Diretora de Compras – DCOM/SPGF/EF

PEDRO LUIZ CÉSAR GONÇALVES BEZERRA  
Assessor Especial de Informática  
Superintendência da Tecnologia da Informação - STI



## **ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **1 – OBJETO**

I) Prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, compostos de:

- a) suporte e gestão de aplicações em ambiente de produção, incluindo operação, escalonamento de tarefas e acompanhamento de sua execução;
- b) administração de banco de dados, servidores de aplicação, sistemas operacionais, softwares de segurança e redes;
- c) desenvolvimento e ou manutenção de sistemas nas linguagens Java, Delphi e Natural.

II) O volume de serviços está estimado em **190.840 (cento e noventa mil, oitocentas e quarenta) Horas-Atividade anuais e 7.350 (sete mil trezentos e cinquenta) Horas-Atividade adicionais.**

#### **1.1 - DETALHAMENTO DO OBJETO**

A demanda de Horas-Atividade prevista no item anterior não implica obrigatoriedade da SEF/MG em utilizá-la, nem tampouco quaisquer direitos de cobrança pelo fornecedor vencedor. A SEF/MG pagará pelos serviços efetivamente executados e previamente autorizados em Ordem de Serviço (OS).

O número de Horas-Atividade a ser contratado para um determinado projeto ou atividade será determinado antes do início dos trabalhos e será emitida uma Ordem de Serviço (OS) contemplando a quantidade e os perfis necessários.

#### **1.2 - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços a serem contratados poderão ser os seguintes:

**1.2.1** - Administração de banco de dados, de servidores de aplicação, de ambientes operacionais e de softwares de segurança.

**1.2.2** - Administração da produção, envolvendo escalonamento e monitoramento de tarefas, bem como atividades de operação e auxílio à produção.

**1.2.3** - Desenvolvimento de novos sistemas (de forma integral ou parcial).

**1.2.4** - Manutenção Evolutiva em sistemas informatizados, decorrente do surgimento de novas necessidades ou de novos requisitos funcionais e não funcionais, identificados pela SEF/MG durante o ciclo de maturidade dos sistemas, seja por força de lei ou por qualquer outro motivo. Essa contratação também poderá ser realizada de forma integral ou parcial, conforme descrito no subitem 2.1 - Metodologia Empregada na Execução de Quaisquer Serviços.

**1.2.5** - Manutenção Corretiva em sistemas informatizados, decorrentes de correções de erros ou falhas cometidas pelo fornecedor vencedor no decorrer do desenvolvimento de novos sistemas ou na realização de manutenção anteriormente efetuada, não acarretando ônus para a SEF/MG, dentro do prazo de garantia.

### **2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A prestação dos serviços será norteadas pelas diretrizes abaixo, também consignadas em contrato, que servirão de referência para assegurar que a evolução e medição dos serviços ocorrerão de forma satisfatória para ambas as partes.



## **2.1 - METODOLOGIA EMPREGADA NA EXECUÇÃO DE QUAISQUER SERVIÇOS**

O fornecedor vencedor deverá adotar metodologia de gerência de projetos baseadas no PMBOK (do PMI-Project Management Institute) para a execução de quaisquer serviços, designando um profissional para exercer as funções de gerente de projeto, sem ônus adicional para a SEF/MG, com conhecimento da metodologia mencionada e observando as etapas e artefatos previstos nessa metodologia.

Deverão ser realizadas reuniões de progresso quinzenais entre os fiscais de contrato ou gerentes designados pela SEF/MG para acompanhamento do contrato e o referido gerente de projetos.

O fornecedor vencedor deverá observar as práticas preconizadas pelas normas da família ISO 9000 e pelo modelo de referência eSCM-SP, sempre que aplicáveis, para a execução de quaisquer serviços.

O fornecedor vencedor deverá adotar as práticas recomendadas pela NBR-ISO IEC 27001:2006, com vistas a garantir a segurança de informações da SEF/MG (bem como as informações dos cidadãos sob a guarda desta Secretaria) isto é, sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, ao executar quaisquer serviços.

O fornecedor vencedor deverá apresentar à SEF/MG, até 180 (cento e oitenta) dias corridos após a assinatura do contrato, plano de cargos e salários, com promoções alternadas por antiguidade e merecimento, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devidamente homologado por Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e do Emprego, contemplando os profissionais alocados à SEF/MG para a prestação de serviços que são objeto deste edital.

### **2.1.1 Capacitação permanente**

Será responsabilidade do fornecedor vencedor manter capacitados os profissionais de sua equipe técnica alocados nos projetos, de modo que os perfis se ajustem às necessidades impostas pelo ambiente computacional da SEF/MG, atual e futuro. O fornecedor poderá substituir os profissionais por outros de mesmo nível de experiência, qualificação e habilidades requeridas, sujeita essa substituição à aprovação da SEF/MG.

O fornecedor vencedor deverá manter o nível de atualização técnica de seus profissionais, sem ônus para a SEF/MG, garantindo a participação de todos eles em atividades de treinamento/capacitação. Para tanto, esses profissionais deverão participar de pelo menos 40 (quarenta) horas anuais de treinamento/capacitação em cursos oficiais ofertados pelos fabricantes dos equipamentos e softwares utilizados pela SEF/MG ou em treinamentos oferecidos pelas instituições responsáveis pela manutenção dos frameworks de infraestrutura adotados por esta Secretaria, admitindo-se a participação em cursos ministrados por empresas por eles autorizadas.

Esse treinamento/capacitação permanente constitui um investimento por parte do fornecedor vencedor e não será remunerada pela SEF/MG, nem tampouco as horas consumidas na sua realização, que não poderão ser cobradas, em nenhuma hipótese, como serviços prestados.

A participação de cada um dos profissionais do fornecedor vencedor nas atividades de capacitação mencionada deverá ser realizada em data informada com antecedência de 30 (trinta) dias corridos à SEF/MG e dependerá da anuência desta. Essa participação, com a carga horária prevista acima, deverá ser comprovada anualmente pelo fornecedor vencedor. A não comprovação dessa participação ensejará a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda do contrato.

### **2.1.2 Deslocamento**

Por solicitação da SEF/MG, os profissionais do fornecedor vencedor poderão deslocar-se para prestar serviços fora das instalações da Superintendência de Tecnologia da Informação – STI da SEF/MG, situadas em Belo Horizonte – MG, ou das instalações do próprio fornecedor, caso tenha sido solicitada pela SEF/MG a prestação dos serviços nessa modalidade. Nesse caso, o fornecedor



vencedor poderá cobrar da SEF/MG as despesas decorrentes do deslocamento (aéreo ou terrestre), de Belo Horizonte até o local de prestação dos serviços, de hospedagem em hotel categoria turística ou três estrelas, de deslocamento de táxi ou ônibus no local de prestação de serviços ou da residência do colaborador (ou de seu local habitual de trabalho) até o local de embarque para viagem, e vice-versa, e de alimentação. Essas despesas poderão ser faturadas à SEF/MG, desde que devidamente comprovadas, acrescidas dos tributos e contribuições para-fiscais devidos, sem acréscimo de taxa de administração ou similar.

### **2.1.3 Transferência de conhecimento**

O fornecedor vencedor deverá reunir-se pelo menos uma vez a cada 90 (noventa) dias corridos com técnicos e gerentes designados pela SEF/MG, a fim de repassar conhecimentos técnicos relacionados aos serviços prestados, sem prejuízo da documentação técnica detalhada, que deverá ser mantida na forma prevista nesta metodologia e nos frameworks adotados por esta Secretaria.

Nos 30 (trinta) dias anteriores à rescisão ou término do contrato, o fornecedor vencedor deverá disponibilizar parte de sua equipe alocada na SEF/MG, devendo esse grupo ser constituído pelos profissionais mais experientes dentre todos aqueles alocados na SEF/MG (nível sênior), a fim de efetuar o repasse do conhecimento para técnicos e/ou gerentes designados pela SEF/MG, que poderão pertencer ao quadro desta instituição ou de empresa por ela contratada para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação, sem prejuízo aos projetos em execução na SEF/MG.

O não cumprimento do disposto neste subitem ensejará a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda do contrato.

## **2.2 - METODOLOGIA EMPREGADA NAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, DE SERVIDORES DE APLICAÇÃO, DE AMBIENTES OPERACIONAIS, DE SOFTWARES DE SEGURANÇA E DE REDES, DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, ENVOLVENDO ESCALONAMENTO E MONITORAMENTO DE TAREFAS, BEM COMO ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E AUXÍLIO À PRODUÇÃO**

O fornecedor vencedor deverá adotar as práticas recomendadas pela NBR-ISO IEC 20000:2008 para gestão dos serviços de que trata este item, notadamente no que concerne às gerências de mudanças, de nível de serviços, de disponibilidade e ao monitoramento de desempenho contemplado na gerência de capacidade, todas previstas nessa norma.

O fornecedor deverá garantir que a disponibilidade mensal dos serviços eletrônicos relacionados no sítio institucional da SEF/MG seja de, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento), excluindo-se paradas técnicas para manutenção, que deverão ser informadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas às áreas de negócio da SEF/MG e aos cidadãos. Essa disponibilidade será calculada por intermédio da seguinte fórmula:

$$\text{Disponibilidade} = \frac{\text{Nº de horas de funcionamento dos serviços eletrônicos}}{(\text{Nº de horas mensais} - \text{Nº horas de paradas técnicas para manutenção})}$$

## **2.3 - METODOLOGIA EMPREGADA NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS**

O fornecedor vencedor deverá adotar as metodologias de gerência de processo de desenvolvimento de software baseadas no Processo Unificado, além da metodologia de gerência de projetos descrita no subitem 2.1, durante todo o ciclo de vida de desenvolvimento de software.

O Processo Unificado utiliza uma abordagem iterativa e incremental baseada em disciplinas para atribuir tarefas e responsabilidades dentro de uma organização de desenvolvimento. Sua meta é garantir a produção de software de alta qualidade que atenda às necessidades dos usuários dentro de um cronograma e de um orçamento previsíveis.



Segundo este processo e a partir de uma perspectiva de gerenciamento, o ciclo de vida de software é dividido em quatro fases sequenciais, cada uma concluída por um marco principal, ou seja, cada fase é basicamente um intervalo de tempo entre dois marcos principais: Concepção, Elaboração, Construção e Transição. Essas fases não são idênticas em termos de duração e esforço.

Cada fase é ainda dividida em Iterações. Uma iteração contém as atividades de desenvolvimento que levam a uma versão do produto. Tal produto cresce por incrementos a cada iteração para se tornar o sistema final. Uma iteração de desenvolvimento é uma passagem completa pelas disciplinas técnicas: Requisitos, Análise e Desenho, Implementação, Testes e Implantação.

Cada disciplina contém todas as atividades a serem realizadas para produzir um determinado conjunto de Produtos de Trabalho. Um Produto de Trabalho é um artefato final ou intermediário produzido e usado para capturar e transmitir informações ao longo do projeto. Exemplos de produtos de trabalho são: um documento como o Documento de Arquitetura de Software, um modelo como o Modelo de Casos de Uso, um elemento do modelo como uma classe ou um subsistema.

A critério da SEF/MG, a contratação do desenvolvimento dos módulos de software acima citados será realizada de forma integral ou parcial. A contratação integral contemplará todo o ciclo de vida do desenvolvimento (todas as fases, iterações e disciplinas) e a parcial contemplará somente parte do ciclo de vida. Como exemplos, poderão ser contratadas, para um determinado projeto, somente as fases de Construção e Transição, ou Elaboração, Construção e Transição, entre outras combinações.

Os Produtos de Trabalho a serem gerados na execução dos serviços contratados serão aqueles definidos nos Planos de Trabalho, a critério da SEF/MG. A entrega desses produtos obedecerá ao plano de cada iteração e eles serão avaliados e homologados para a emissão dos Termos de Aceitação, conforme critérios descritos a seguir.

## 2.4 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

A SEF/MG se resguarda o direito de selecionar Produtos de Trabalho para verificação de atendimento a critérios de qualidade.

A SEF/MG avaliará os Produtos de Trabalho considerando os critérios de qualidade previamente estabelecidos, sendo que ao final da avaliação o Produto de Trabalho receberá uma das seguintes classificações: Rejeitado, Aceito ou Aceito com Ajustes. Dependendo da avaliação, a SEF/MG poderá:

a) Aceitar o Produto de Trabalho integralmente, quando não for necessário nenhum ajuste, sendo que neste caso ele é denominado **Aceito**.

b) Rejeitar o Produto de Trabalho, quando não forem respeitados os critérios de qualidade necessários à aceitação, sendo que neste caso ele é denominado **Rejeitado**, ficando estabelecido que:

- A SEF/MG apresentará justificativa para a rejeição.
- Caberá ao fornecedor vencedor reapresentar o Produto de Trabalho para nova avaliação da SEF/MG, após o que ele poderá continuar sendo considerado **Rejeitado**, ou ser avaliado como **Aceito**, ou **Aceito com Ajustes**.

c) Aceitar o Produto de Trabalho com ajustes, sendo que neste caso ele é denominado **Aceito com Ajustes**, ficando estabelecido que:

- A SEF/MG apresentará relação de ajustes a serem realizados pelo fornecedor vencedor.
- Será estabelecido pela SEF/MG prazo para a realização dos ajustes e reapresentação do Produto de Trabalho, de acordo com o serviço.



- Caso o fornecedor vencedor realize integralmente os ajustes relacionados pela SEF/MG e reapresente o Produto de Trabalho no prazo estabelecido, ele passa a ser considerado **Aceito**.
- Caso o fornecedor vencedor não realize integralmente os ajustes no prazo estabelecido, o Produto de Trabalho passa a ser considerado como **Rejeitado**, ficando previsto que:
  - Será estabelecido pela SEF/MG novo prazo para a realização dos ajustes e reapresentação do Produto de Trabalho, de acordo com o serviço.
  - Caso o fornecedor vencedor realize integralmente os ajustes relacionados pela SEF/MG e reapresente o Produto de Trabalho no prazo estabelecido, ele passa a ser considerado **Aceito**.
  - Caso o fornecedor vencedor não realize integralmente os ajustes no prazo estabelecido, o Produto de Trabalho continua sendo considerado como **Rejeitado**, repetindo-se este ciclo.

Os Termos de Aceitação serão expedidos mensalmente, da seguinte forma:

- Para os produtos entregues ao final de cada mês, relativos às Ordens de Serviço com duração de até 12 meses.
- Para cada produto entregue, caso envolvam desenvolvimento de novos softwares ou manutenções previamente definidas.

Para os serviços efetivamente prestados, caso os produtos envolvam a prestação de serviços de desenvolvimento e de suporte não previstos com antecedência (suporte ao ambiente, aos usuários, e manutenções corretivas/adaptativas de rotina, executadas ad hoc, sob demanda, e de caráter urgente e inadiável).

O aceite dos serviços prestados, solicitados pela OS, e o respectivo pagamento estarão condicionados à apresentação dos serviços/produtos solicitados dentro dos critérios de qualidade definidos pela SEF/MG.

## **2.5 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, DE SERVIDORES DE APLICAÇÃO, DE AMBIENTES OPERACIONAIS E DE SOFTWARES DE SEGURANÇA, DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, ENVOLVENDO ESCALONAMENTO E MONITORAMENTO DE TAREFAS, BEM COMO ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E AUXÍLIO À PRODUÇÃO**

O aceite dos serviços prestados, solicitados pela OS, e o respectivo pagamento estarão condicionados à execução dos serviços solicitados dentro dos critérios de qualidade definidos pela SEF/MG, verificando-se, em particular, a aplicação das melhores práticas recomendadas pelas normas NBR-ISO IEC 20000:2008 e NBR-ISO IEC 27001:2006 e, no que couber, aquelas preconizadas pelas normas ISO 9000 e pelo modelo de referência eSCM-SP.

Será avaliado, também, se o fornecedor prestou seus serviços de maneira a garantir que a disponibilidade mensal dos serviços eletrônicos relacionados no sítio institucional da SEF seja de, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento), excluindo-se paradas técnicas para manutenção, que deverão ser informadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas às áreas de negócio da SEF/MG e aos cidadãos.

Caso essa meta não seja alcançada, a SEF/MG avaliará as causas das paralisações não programadas, verificando se o fornecedor adotou todas as medidas ao seu alcance e dentro de sua competência, no que concerne à prestação dos serviços, para evitar esses incidentes. Serão excluídas dessa avaliação e da responsabilidade do fornecedor por falhas não relacionadas aos serviços por ela prestados, tais como aquelas provocadas por equipamentos defeituosos ou interrupção no fornecimento de energia elétrica, por exemplo. Caso o índice de disponibilidade





mentionado acima não seja atingido por culpa do fornecedor, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na Cláusula Décima Segunda do contrato.

## **2.6 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados nas dependências da SEF/MG ou, a critério desta, nas dependências do fornecedor vencedor, dentro do município de Belo Horizonte.

A solicitação para início de execução dos serviços ocorrerá via comunicação formal (mensagem eletrônica com assinatura digital ou ofício) com informações a respeito do trabalho e dos perfis desejados. O fornecedor vencedor deverá providenciar a mobilização da equipe (observado o disposto no subitem 3.3), entre outros recursos necessários, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do recebimento da solicitação.

O início efetivo dos trabalhos ocorrerá somente após a formalização por meio de Ordem de Serviço (OS) emitida pela SEF/MG. Cada OS terá duração de até 12 (doze) meses e estabelecerá os perfis técnicos necessários, o local de execução, as datas de início e fim, a arquitetura tecnológica, o tipo de serviço, o quantitativo estimado de Horas-Atividade, o turno de trabalho no qual os serviços serão executados, conforme previsão constante do subitem 2.6.1 abaixo, bem como outros documentos anexos que se fizerem necessários. Além disso, o fornecedor vencedor deverá assinar um compromisso de que entendeu e concorda com todas as informações presentes na referida OS.

Qualquer alteração da OS será registrada em documento formal, a ser definido entre a SEF/MG e o fornecedor vencedor.

### **2.6.1 - TURNO DE TRABALHO**

2.6.1.1 - Desenvolvimento e manutenção de sistemas, administração de banco de dados, de servidores de aplicação, de ambientes operacionais, de softwares de segurança, de redes, administração da produção, envolvendo escalonamento e monitoramento de tarefas, bem como atividades de auxílio à produção – das 8:00 às 18:00 horas, em dias úteis, assim considerados aqueles que não forem feriados municipais, estaduais ou federais.

2.6.1.1.1 - As atividades previstas no subitem acima poderão ser realizadas em dias e horários distintos daqueles ali descritos, inclusive feriados e finais de semana, mediante solicitação formal da SEF/MG.

2.6.1.1.2 - O Valor/Hora-Atividade Adicional de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior será o valor constante do campo (F) do Anexo IV – Proposta Comercial.

2.6.1.1.3 - A título meramente informativo, sem gerar obrigação para a SEF/MG, o perfil de distribuição das horas adicionais (fora do horário comercial) realizadas no último ano, levando-se em consideração as equipes de suporte e produção, é o seguinte:

17,4% das horas adicionais foram trabalhadas entre 18:00 as 22:00, em dias úteis  
36,7% das horas adicionais foram trabalhadas entre 22:00 as 06:00, em dias úteis  
45,9% das horas adicionais foram trabalhadas nos finais de semana

2.6.1.2 - Operação da produção e programação de produção – 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em turnos de trabalho de 6 (seis) horas.

2.6.1.2.1 - Para as horas de serviço de que trata o subitem 2.6.1.2 acima, não haverá, em nenhuma hipótese, previsão de remuneração diferenciada para serviços prestados, independentemente dos seus dias e horários de execução.

2.6.1.3 - O valor a ser pago pela Hora-Atividade para cada tipo de serviço, para as atividades desenvolvidas na forma dos subitens 2.6.1.1 e 2.6.1.2, será um percentual do valor da Hora-Atividade do serviço de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior, conforme tabela abaixo:

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Fator de Ajuste da HORA-ATIVIDADE</b>
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Sênior	75%
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Pleno	50%
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Júnior	34%
Serviços de Administrador de Dados Sênior	73%
Serviços de Administrador de Dados Pleno	53%
Serviços de Administrador de Dados Júnior	34%
Serviços de Analista de Requisitos Sênior	73%
Serviços de Analista de Requisitos Pleno	45%
Serviços de Analista de Requisitos Júnior	29%
Serviços de Programador JAVA Sênior	63%
Serviços de Programador JAVA Pleno	43%
Serviços de Programador JAVA Júnior	29%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Sênior	51%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Pleno	32%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Júnior	24%
Serviços de Desenvolvedor Natural Sênior	71%
Serviços de Desenvolvedor Natural Pleno	45%
Serviços de Desenvolvedor Natural Júnior	21%
Serviços de Programador Natural Sênior	61%
Serviços de Programador Natural Pleno	38%
Serviços de Programador Natural Júnior	18%
Serviços de Documentador Sênior	34%
Serviços de Documentador Pleno	25%
Serviços de Documentador Júnior	12%
Serviços de Analista de Testes Sênior	49%
Serviços de Analista de Testes Pleno	33%
Serviços de Analista de Testes Júnior	19%
Serviços de Testador Sênior	42%
Serviços de Testador Pleno	28%
Serviços de Testador Júnior	16%
Serviços de Analista de Data warehouse Sênior	73%
Serviços de Analista de Data warehouse Pleno	53%
Serviços de Analista de Data warehouse Júnior	34%
Serviços de Programador de Produção Sênior	35%
Serviços de Programador de Produção Pleno	24%
Serviços de Programador de Produção Júnior	12%
Serviços de Operador de Produção Sênior	28%
Serviços de Operador de Produção Pleno	19%
Serviços de Operador de Produção Júnior	13%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Sênior	71%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Pleno	43%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Júnior	30%



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior	100%
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Pleno	60%
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Júnior	40%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Sênior	98%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Pleno	77%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Júnior	33%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Sênior	61%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Pleno	40%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Júnior	22%
Serviços de Suporte a Redes Sênior	50%
Serviços de Suporte a Redes Pleno	33%
Serviços de Suporte a Redes Júnior	24%
Serviços de Analista de Produção Sênior	42%
Serviços de Analista de Produção Pleno	28%
Serviços de Analista de Produção Júnior	11%
Serviços de Auxiliar de Produção Sênior	24%
Serviços de Auxiliar de Produção Pleno	16%
Serviços de Auxiliar de Produção Júnior	11%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Sênior	84%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Pleno	48%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Júnior	29%
Serviços de Analista de Segurança Sênior	68%
Serviços de Analista de Segurança Pleno	42%
Serviços de Analista de Segurança Júnior	26%
Serviços de Projetista de Interface Sênior	24%
Serviços de Projetista de Interface Pleno	14%
Serviços de Projetista de Interface Júnior	8%
Serviços de Arquiteto de Software Sênior	110%

2.6.1.4 - Caso solicitado pela SEF/MG e devidamente consignado em Ordem de Serviço, o fornecedor deixará seus profissionais de sobreaviso, dentro dos perfis técnicos demandados pela SEF/MG, visando a prestação de serviços no período compreendido entre as 18:00 horas de cada dia útil e as 8:00 horas do dia útil imediatamente posterior.

2.6.1.4.1 – O período de sobreaviso será pago à razão de 1/3 (um terço) da hora normal, conforme o perfil técnico do profissional colocado de sobreaviso.

2.6.1.4.2 - Caso haja chamado para a prestação de serviços nesse período, cessará o pagamento pelo tempo de sobreaviso, iniciando-se o pagamento pelas horas de serviço efetivamente prestado, retomando-se os pagamentos dos valores previstos para sobreaviso após o término do atendimento, caso isso ocorra no período previsto para essa finalidade.

2.6.1.4.2.1 - O fornecedor deverá fornecer à SEF/MG número telefônico para contato e deverá responder dentro de 20 (vinte) minutos aos eventuais chamados de suporte durante o período de sobreaviso. Em caso de necessidade de deslocamento até as dependências do datacenter/STI da SEF/MG, os custos serão realizados às expensas do fornecedor, sem ônus de qualquer natureza para seus empregados ou para a SEF/MG.

2.6.1.4.2.2 – O fornecedor deverá, às suas expensas e sem ônus de qualquer natureza para sua equipe técnica ou para a SEF/MG, deixar à disposição de cada



profissional colocado de sobreaviso kit composto de microcomputador portátil (notebook ou laptop), telefone móvel celular e conexão à Internet via tecnologia GPRS ou EDGE ou 3G, com respectivo modem, a fim de permitir a prestação remota de serviços. A título meramente informativo, sem gerar obrigação para a SEF/MG, estima-se que poderão ser colocados de sobreaviso até 6(seis) profissionais simultaneamente, o que implicaria na necessidade de alocação de 6 (kits) com as características descritas neste subitem.

2.6.1.5 – O fornecedor deverá executar o controle de entrada e saída dos profissionais alocados na SEF/MG, nos horários previstos nos subitens 2.6.1.1, 2.6.1.2 e 2.6.1.4, por meio de mecanismos como sistema de ponto eletrônico ou crachá eletrônico.

## **2.7 - GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS**

Independentemente do tipo de serviço de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, o fornecedor vencedor deverá corrigir qualquer erro ou defeito (manutenções corretivas), a qualquer tempo, em cada produto entregue e homologado pela SEF/MG que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 69, da Lei nº. 8.666/93.

Como padrão, será exigido o prazo mínimo de garantia de 6 (seis) meses, contado a partir da aceitação do produto pela SEF/MG. Neste período, o fornecedor vencedor se obriga a efetuar manutenção de caráter corretivo, sem ônus para a SEF/MG. Caso a detecção do problema ocorra após a aceitação do produto ou mesmo após o encerramento da vigência contratual, mas ainda no período de 6 (seis) meses a partir da aceitação, a respectiva Ordem de Serviço será reaberta sendo assinalada a condição “serviço em garantia”.

A garantia técnica dos sistemas desenvolvidos ou mantidos pelo fornecedor vencedor fica condicionada à exclusividade na manutenção destes sistemas. Caso os referidos sistemas venham a ser alterados ou mantidos pela SEF/MG ou por terceiros que não o fornecedor vencedor, este ficará isento da garantia técnica referente ao que tiver sido alterado ou mantido pela SEF/MG ou terceiros.

## **2.8 - GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, DE SERVIDORES DE APLICAÇÃO, DE AMBIENTES OPERACIONAIS, DE SOFTWARES DE SEGURANÇA, DE REDES DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, ENVOLVENDO ESCALONAMENTO E MONITORAMENTO DE TAREFAS, BEM COMO ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E AUXÍLIO À PRODUÇÃO.**

Será exigido o prazo mínimo de garantia de 6 (seis) meses para os serviços, contado a partir de sua aceitação pela SEF/MG. Neste período, o fornecedor vencedor se obriga a efetuar eventuais correções necessárias, sem ônus para a SEF/MG. Caso a detecção do problema ocorra após a aceitação de serviços ou mesmo após o encerramento da vigência contratual, mas ainda no período de 6 (seis) meses a partir da aceitação, a respectiva Ordem de Serviço será reaberta sendo assinalada a condição “serviço em garantia”.

A garantia técnica dos serviços de que trata este item fica condicionada à exclusividade na realização de intervenções no ambiente em questão. Caso o referido ambiente venha a ser alterado ou reconfigurado pela SEF/MG ou por terceiros, que não o fornecedor vencedor, este ficará isento da garantia técnica referente ao que tiver sido alterado ou mantido pela SEF/MG ou terceiros.

## **2.9 - AMBIENTE OPERACIONAL**

Os serviços executados pelo fornecedor vencedor deverão ser realizados com observância do ambiente tecnológico instalado nas dependências da SEF/MG e descrito no quadro a seguir:

Ambiente	Descrição
----------	-----------



Sistemas Operacionais	Windows XP, para estações de trabalho, e Windows Server 2000 e 2003, Linux e Solaris (x86 e Sparc), para servidores
Bancos de Dados	Oracle, MySQL, Interbase, FireBIRD e SQLServer, este último apenas quando integrado a ferramentas utilizadas pela SEF.
Ambiente de Desenvolvimento	Eclipse, CVS, SVN, Delphi
Linguagens e ferramentas Internet/Intranet	HTML, Java, JavaScript, Mantis, MS-Frontpage, Dreamweaver, Ferramentas da Rational, SQL, Internet Explorer, Firefox
Linguagens e ferramentas – aplicações legadas com interface modo caractere	Natural 2, Cobol e Unix shell-script.
Padrões/Formatos	Processo Unificado, UML, J2EE, JSP, MVC, XML, Servlet, Webservices.
Framework	UniFW ( <i>framework</i> proprietário para desenvolvimento Java), Jakarta Struts, Cocoon e Sprint
Automação de Escritórios - Suíte Microsoft	MS-Office, MS-Project, MS-Access, MS-Excel e MS-PowerPoint
Servidores	CISC (baseados em processadores Intel e AMD) e RISC (baseados em processadores Ultra Sparc III, Ultra Sparc IV, Ultra Sparc IV+, Ultra Sparc T1 e Ultra Sparc T2
Storage Array	Sun Storedge 6320, Sun Storedge 6920, Sun Storedge 6140, Sun Storedge 3150, HP EVA 3000, HDS USPV
Tape Library	Sun L25, Sun SL500, HP ML6030
Servidor de Aplicação/Web	JBoss, Tomcat, Oracle Application Server - OAS, Websphere, IIS, Apache
Segurança	WebSense, Checkpoint, Iron Port e Risk Manager
Balanceador de Carga	Brocade ServerIron
Protocolo de Rede	TCP/IP
Escalonador de Tarefas	CA dSeries Workload Automation
Portais	Zope/Plone e Oracle Portal (para armazéns de informações)
Gerador de relatórios	Jasper Reports e Oracle Reports
Servidor Proxy	Squid
Gerenciador de Filas	Websphere MQ-Series
Correio Eletrônico/Colaboração	MS-Exchange Server e MS-Share Point
Middleware para integração de aplicações distribuídas	Entire X Broker

Para desenvolvimento de aplicações com tecnologia JAVA/J2EE será obrigatória a utilização do framework UniFW, cuja licença será fornecida pela SEF/MG para a execução dos trabalhos.

No que concerne às demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas, o Sistema de Gerência de Banco de Dados – SGBD a ser utilizado será informado pela SEF/MG a cada demanda encaminhada ao fornecedor vencedor. As atividades de administração de banco de dados envolverão o SGBD Oracle.

As ferramentas a serem utilizadas pelo fornecedor vencedor na prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas deverão ser compatíveis com aquelas atualmente adotadas pela SEF/MG.

A SEF/MG poderá indicar como obrigatória a utilização de softwares de apoio (Ferramentas de modelagem CASE, de editoração, entre outras) para o desenvolvimento das atividades inerentes à prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, conforme relação descrita no quadro acima.

## 2.10 LINK DE COMUNICAÇÃO



Caso sejam alocados profissionais do fornecedor fora das instalações da STI/SEF, a critério desta Secretaria, o fornecedor vencedor deverá contratar 2 links de comunicação, ligando suas instalações ao *datacenter*/STI da SEF/MG, situado na Rua Alagoas, 880 – Belo Horizonte, com balanceamento de carga entre esses links, tolerância a falhas (suportando apenas falhas em um dos links e não suportando falhas no roteador, já que apenas um equipamento desses estará conectado em cada extremidade do link), com uma banda mínima garantida de 64 Kbps para cada desenvolvedor, levando em conta a soma da banda dos 2 links, latência de ida e volta (round trip time – RTT) de 60 ms, instalando ambos os roteadores, conforme especificação a seguir:

a) Os roteadores das unidades concentradas deverão possuir pelo menos as seguintes características:

- 1 (uma) porta Ethernet configurável 10BaseT e 100BaseT half e full duplex.
- Possuir as características necessárias para a implementação dos protocolos RTP/RTCP e RTP header compression, em conformidade com a RFC 2508.
- Suportar o padrão IEEE 801.2p, permitindo assim a configuração de parâmetros de qualidade de serviço - QoS.
- Suportar o padrão IEEE 801.2Q, permitindo assim a configuração de VLANs.
- Suportar a configuração de métodos de priorização de tráfego por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP, sendo também imprescindível que esses roteadores tenham a capacidade para utilizar protocolo que viabilize o estabelecimento de classes de serviço para a priorização de aplicações críticas, em conformidade com padrões IP definidos em RFCs.
- Possuir o protocolo de gerenciamento SNMP - versões 1, 2 e 3 – e suportar a especificação MIB-II, implementados em conformidade com as RFCs 1157, 1213 e 2570, respectivamente.
- Permitir a configuração remota tanto através de Telnet e SSH, como também por porta de console ligada a modem, ficando por conta do fornecedor vencedor o fornecimento de todos os recursos necessários à implantação desses serviços.
- Possuir suporte aos protocolos (WAN): HDLC, SLIP, Xremote, PPP, Frame Relay, Fragmentação Frame Relay (FRF.12), MPLS, ATM, ISDN, ISDN caller ID callback, SDLC, BSC, LLC2, LAPB, DifServ, Dial back-up via ISDN, V.90 modem ou através de porta auxiliar.
- Possuir configuração de hardware e de software adequada para suportar os mecanismos e ferramentas de garantia de qualidade de serviço (QoS).
- Ser gerenciável via SNMP (RFC1157), SNMP v1, SNMP v2, SNMP v3, Telnet, SSH e via console; permitir gerenciamento via software para todos os equipamentos numa mesma solução, interface de linha de comando (CLI), configuração total via Web-browser baseado em HTML.
- Possuir pelo menos duas interfaces WAN seriais síncronas/assíncronas de alta velocidade, uma porta de console e auxiliar com velocidade de até 115,2 Kbps e interface RJ45.

A configuração de acesso ao ambiente de desenvolvimento da SEF/MG deverá seguir as recomendações técnicas e de segurança definidas pela própria SEF/MG.

O fornecedor vencedor terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir de solicitação formulada pela SEF/MG, para providenciar a instalação do link de comunicação acima definido.

A alocação de profissionais fora das instalações da SEF/MG ensejará, caso venha a ocorrer, o pagamento de acréscimo por hora de serviço prestada.

### 3. PERFIL TÉCNICO NECESSÁRIO

3.1 – Serão considerados, para fins de execução dos serviços contratados:

3.1.1 - Profissional Júnior: experiência comprovada de no mínimo 1 (um) ano em atividades do tipo de serviço a ser prestado.

3.1.2 - Profissional Pleno: experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos em atividades do tipo de serviço a ser prestado.



3.1.3 - Profissional Sênior: experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em atividades do tipo de serviço a ser prestado.

**3.2** Os profissionais a serem alocados nas diversas atividades do processo de desenvolvimento deverão obrigatoriamente atender aos requisitos mínimos especificados para cada perfil abaixo:

**3.2.1. Desenvolvedor Java J2EE** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

- 3.2.1.1. Formação de nível superior na área de informática, ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.
- 3.2.1.2. Conhecimento e experiência em desenvolvimento de especificações detalhadas, usadas na implementação, inclusive de estruturas de dados, segundo a notação UML.
- 3.2.1.3. Conhecimento e experiência em desenvolvimento de especificação, desenho detalhado e documentação de algoritmos.
- 3.2.1.4. Conhecimento e experiência em codificação do desenho detalhado em JAVA.

**3.2.2. Administrador de Dados** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

- 3.2.2.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.
- 3.2.2.2. Conhecimento da notação UML e experiência na sua utilização.
- 3.2.2.3. Conhecimento do sistema gerenciador de banco de dados ORACLE e experiência na sua utilização.

**3.2.3. Analista de Requisitos** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

- 3.2.3.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior ou com curso de extensão na área de informática.
- 3.2.3.2. Conhecimento da notação UML e experiência na sua utilização.
- 3.2.3.3. Facilidade e experiência em utilização de software de modelagem.
- 3.2.3.4. Habilidade para trabalho em equipe.
- 3.2.3.5. Habilidade na comunicação escrita e oral.

**3.2.4. Programador JAVA** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

- 3.2.4.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.
- 3.2.4.2. Conhecimento e experiência na utilização de metodologia de desenvolvimento baseada no processo unificado, bem como conhecimento e experiência na utilização da linguagem JAVA, da plataforma J2EE e do banco de dados ORACLE.
- 3.2.4.3. Conhecimento e experiência na codificação de desenho detalhado na linguagem JAVA.

**3.2.5. Desenvolvedor DELPHI** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

- 3.2.5.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.



3.2.5.2. Conhecimento e experiência na utilização de metodologias de desenvolvimento de software baseadas no processo unificado, da linguagem DELPHI e de banco de dados relacional.

3.2.5.3. Conhecimento e experiência na codificação de desenho detalhado na linguagem DELPHI.

3.2.6. **Desenvolvedor Natural** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.6.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.6.2 Conhecimentos e experiência na utilização das linguagens de programação Natural e Cobol.

3.2.7. **Programador Natural** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.7.1 Formação de ensino médio (antigo segundo grau) completo.

3.2.7.2 Conhecimento e experiência de programação empregando linguagem Natural

3.2.8. **Documentador** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.8.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.8.2. Conhecimento e experiência na execução de serviços de documentação compatíveis com o projeto.

3.2.9. **Analista de Testes** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.9.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.9.2. Conhecimento e experiência na realização de atividades de desenvolvimento/testes de software, inclusive em metodologias de desenvolvimento de software baseadas no processo unificado.

3.2.10. **Testador** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.10.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.10.2. Conhecimento e experiência de programação nas linguagens JAVA ou DELPHI.

3.2.11. **Analista de Data Warehouse** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.11.1. Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.11.2. Conhecimento e experiência na utilização de ferramentas de Data Warehouse, contemplando conhecimento e experiência na utilização de Modelagem Relacional e Dimensional de Dados, de Projeto e Desenvolvimento de ETL (*Extracting, Transforming and Loading*) na ferramenta ORACLE Warehouse Builder e de desenvolvimento de aplicações de processamento analítico para usuário final, incluindo geração de cubos OLAP, relatórios e consultas.

3.2.12. **Programador de Produção** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:





3.2.12.1. Formação de ensino fundamental completo.

3.2.12.2. Conhecimento do funcionamento da produção em ambiente Unix, envolvendo conhecimento e experiência na utilização de ferramentas de escalonamento de tarefas, tais como CA dSeries Workload Automation ou similares, bem como no monitoramento da execução de serviços processados em batch.

3.2.13. **Operador de Produção** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.13.1. Formação de ensino fundamental completo.

3.2.13.2. Conhecimento do funcionamento da produção em ambiente Unix, envolvendo conhecimento e experiência na operação de impressoras de produção de grande capacidade, bem como no manuseio de bibliotecas de fitas (*tape libraries*) automatizadas, envolvendo substituição de fitas, além de conhecimento e experiência no monitoramento da execução de serviços processados em batch e monitoramento da disponibilidade de serviços online, mediante consultas a ferramentas de gerência de redes, tais como Nagios ou similares.

3.2.14. **Suporte a Ambiente Unix/Solaris** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.14.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.14.2 Conhecimento e experiência de administração de sistemas operacionais Unix/Solaris e Linux e de administração de servidores de arquitetura RISC, bem como de dispositivos de armazenamento interligados por meio de Storage Area Network.

3.2.15. **Administrador de Banco de Dados Oracle** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.15.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.15.2 Conhecimento e experiência de administração de banco de dados Oracle, inclusive de recursos de *partitioning* e de Real Application Clusters - RAC.

3.2.15.3 Conhecimento e experiência em RMAN (Recovery Manager) para serviços de Backup de Dados (estabelecer políticas de backup para bancos de dados Oracle, criar modelos e scripts RMAN, realizar monitoramento e solucionar problemas de backups do RMAN).

3.2.16. **Suporte a Servidores de Aplicação** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.16.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.16.2 Conhecimento e experiência de desenvolvimento de sistemas utilizando Java, segundo especificação J2EE, de desenvolvimento de sistemas para a Web, de utilização de sistemas operacionais Unix, de utilização e administração de servidores de aplicação Oracle IAS, JBoss e dos frameworks Jakarta Struts, Cocoon e Sprint.

3.2.16.3 Conhecimento e experiência na utilização de ferramenta de balanceador de cargas Brocade ServerIron ou similar.

3.2.16.4 Conhecimento e experiência na instalação e manutenção de certificados digitais em servidores de aplicações.

3.2.17. **Suporte a Ambiente Windows Server** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.17.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática e Certificação de



Administração de Sistemas - Microsoft MCSA, além de Certificação de Engenharia de Sistemas - Microsoft MCSE.

3.2.17.2 Conhecimento e experiência de utilização e administração de sistemas operacionais Windows 2000 Server e Windows 2003 Server, de MS-Exchange Server e de MS- Share Point.

**3.2.18. Suporte de Redes** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.18.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática, e Certificação CCNA / CCNP (Cisco Certified Network Administrator/Professional).

3.2.18.2 Conhecimento e experiência de administração de redes baseadas em TCP/IP e Ethernet e de utilização de sistemas operacionais Unix/Solaris, Linux e Windows Server.

**3.2.19. Analista de Produção** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.19.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.19.2 Conhecimento e experiência de organização e planejamento de produção em ambiente UNIX, envolvendo o uso de ferramentas de escalonamento de tarefas, tais como CA dSeries Workload Automation ou similares, que permitem o agendamento de shell-scripts, stored procedures etc., bem como conhecimento e experiência de desenvolvimento de *shell-scripts* Unix para serviços a serem executados em batch.

**3.2.20. Auxiliar de Produção** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.20.1 Formação de ensino fundamental completo.

3.2.20.2 Conhecimento e experiência de preparação e expedição dos relatórios gerados pelo processamento dos serviços submetidos pelos usuários internos e externos, bem como de rotinas de preparação e envelopamento automatizado de documentos.

**3.2.21. Suporte à Infraestrutura de Redes** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.21.1 Formação de nível superior em Engenharia Elétrica.

3.2.21.2 Conhecimento e experiência de projeto, implementação e implantação de cabeamento estruturado de redes, segundo as normas da EIA/TIA, e de alimentação de energia elétrica (inclusive nos casos de fornecimento de energia estabilizada e/ou sem interrupção, envolvendo, nessa última situação, o uso de UPS/no-breaks e grupos geradores).

**3.2.22. Analista de Segurança** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.22.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.22.2 Conhecimento e experiência de administração de firewalls Checkpoint, de ferramentas de filtragem de conteúdo Websense, de mecanismos de controle de acesso à rede (Network Access Control - NAC), de ferramentas de gerência de riscos (como Risk Manager ou similares), de ferramentas de gerência de e-mail's (como IronPort ou similares) e na aplicação dos princípios de segurança da informação contemplados na família de normas técnicas NBR ISO 27000 a situações práticas, envolvendo a realização de análise de riscos, a manutenção de política de segurança



da informação, a manutenção de planos de continuidade, a gestão de incidentes relacionados à segurança da informação, o planejamento de campanhas de sensibilização, bem como a realização de implementações com vistas a mitigar vulnerabilidades existentes.

**3.2.23. Projetista de Interfaces** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.23.1 Formação de nível superior na área de informática ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.23.2 Conhecimento e experiência na utilização de HTML, JavaScript e CSS, bem como na realização de projeto de interfaces gráficas para aplicações cliente-servidor e para a Web, na utilização de ferramentas de construção de páginas como Dreamweaver ou similares, bem como domínio das melhores práticas de Webdesign relativas a acessibilidade, preconizadas pelo W3C, além de conhecimento das recomendações de usabilidade formuladas pelos principais autores da área de Interfaces Humano Computador, tais como Jacob Nielsen.

**3.2.24. Arquiteto de software** - Os recursos alocados para a prestação deste serviço deverão ter as seguintes qualificações, cumulativamente:

3.2.24.1. Formação de nível superior na área de informática, ou formação de nível superior com curso de extensão na área de informática.

3.2.24.2. Conhecimento e experiência em desenvolvimento de especificações detalhadas, usadas na implementação, inclusive de estruturas de dados, segundo a notação UML.

3.2.24.3. Conhecimento e experiência em desenvolvimento de especificação, desenho detalhado e documentação de algoritmos.

3.2.24.4. Conhecimento e experiência em arquitetura de software, envolvendo estabelecimento de padrões de desenvolvimento, definição de *frameworks*, design de componentes, identificação de interfaces entre aplicações e componentes.

3.2.24.5 Conhecimento de Java e de Java Platform Enterprise Edition, conhecida anteriormente como Java 2 Platform Enterprise Edition.

### 3.3 – Alocação da equipe

Todos os requisitos obrigatórios de cada profissional da equipe técnica deverão ser comprovados por meio de diplomas, certificados e outros documentos. Tais documentos serão apresentados pelo fornecedor vencedor, sendo mantidos por ele e colocados à disposição da SEF/MG quando solicitados.

O fornecedor vencedor deverá enviar o currículo do profissional selecionado para que a SEF/MG possa avaliar se tal profissional atende às especificações do perfil e ao tipo de serviço que será prestado, podendo eventualmente entrevistá-lo. A SEF/MG poderá recusá-lo caso o julgue inadequado. Nesse caso, o fornecedor vencedor terá mais 7 (sete) dias corridos para apresentar outro profissional e encaminhar seu currículo para avaliação. Se houver nova recusa, o fornecedor vencedor poderá ser penalizado pela inexecução parcial do contrato.

A SEF/MG também poderá solicitar a substituição do profissional que não apresentar rendimento satisfatório, cabendo ao fornecedor vencedor substituí-lo no prazo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir da notificação de sua dispensa.

Para a constituição da equipe deverão ser observadas as seguintes premissas:

a) vinte por cento (20%) dos profissionais representantes dos perfis Desenvolvedor JAVA e Programador JAVA deverá possuir certificado oficial da SUN para programação JAVA (*Java Certification*).



b) vinte por cento (20%) dos profissionais representantes dos perfis Administrador de Banco de Dados Oracle deverá possuir certificado oficial da Oracle para administração de Sistema de Gerência de Banco de Dados Oracle (*Oracle Certified Professional-OCF*).

c) vinte por cento (20%) dos profissionais representantes dos perfis Suporte a Ambiente Unix/Solaris deverá possuir certificado oficial da Sun para administração de sistemas operacionais Solaris (*Sun Certified System Administrator*).

d) cinquenta por cento (50%) dos profissionais representantes do perfil Arquiteto de Software deverá possuir certificado oficial da SUN para programação JAVA (*Java Certification*) e certificado oficial da SUN de Business Component Developer para Java Platform Enterprise Edition ou Java 2 Platform Enterprise Edition.

### 3.4 – Treinamento da equipe

A execução dos serviços relativos ao desenvolvimento de sistemas, que utilizem a linguagem Java e framework UniFW, somente será iniciada após a realização de treinamento pela SEF/MG dos profissionais alocados pelo fornecedor.

O fornecedor vencedor deverá indicar 10 (dez) profissionais para participação no treinamento, sendo pelo menos 1 (um) de cada perfil dentre os seguintes: Desenvolvedor JAVA J2EE, Programador JAVA, Administrador de Dados, Analista de Testes e Suporte a Servidores de Aplicação.

Este treinamento estará limitado a 50 (cinquenta) horas por pessoa. Tal treinamento constitui um investimento por parte do fornecedor vencedor e não será remunerado pela SEF/MG, nem tampouco as horas consumidas na sua realização, que não poderão ser cobradas, em nenhuma hipótese, como serviços prestados.

## 4 - REMUNERAÇÃO SALARIAL MÍNIMA

O Anexo V apresenta tabela de remuneração salarial **mínima**, em regime de contratação baseado na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a ser paga aos profissionais do fornecedor que sagrar-se vencedor do certame e for contratado, visando garantir a dignidade do trabalhador e preservar a qualidade da mão-de-obra.



### ANEXO III – PLANILHA PARA DETERMINAÇÃO DA NOTA TÉCNICA

A Nota Técnica (NT) será obtida mediante o somatório do total de pontos obtidos como base os seguintes critérios de avaliação:

**1 - DESEMPENHO:** será verificado o histórico de sucesso técnico do fornecedor comparado com a complexidade e o porte do contrato da SEF/MG, sem restrição quanto ao tempo de existência da empresa, valorizando-se a experiência na prestação dos serviços previstos. Valor total: 35 pontos.

A pontuação irá considerar a quantidade apresentada de atestados, da seguinte forma:

- a) 1 Atestado = 1,75 pontos.
- b) 2 Atestados = 3,5 pontos.
- c) 3 Atestados = 5,25 pontos.
- d) acima de 3 Atestados = 7 pontos.

Somente poderá ser considerado um único período de concomitância de contratos, para fins de pontuação dos atestados.

Atestado	Qtde.	Pontos
Atestados de prestação de serviços de administração de ambientes de banco de dados - ORACLE 10g (ou superior), envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
Atestados relativos à prestação de serviços de administração de ambientes operacionais Solaris (versão 9 ou superior), envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
Atestados relativos ao desenvolvimento ou manutenção de aplicações Web/J2EE com utilização de <i>framework</i> e acesso a dados corporativos, envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 10.000 (dez mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
Atestados relativos à prestação de serviços de administração de servidores de aplicação Oracle Application Server 10g (ou superior), Websphere ou Jboss versão 4 (ou superior), envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
Atestados relativos à prestação de serviços de administração de ambiente operacional Windows Server 2003 ou superior, envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 3.500 (três mil e quinhentas) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
Atestados relativos à prestação de serviços de administração da produção em ambiente operacional Solaris ou Windows Server 2003 ou superior, envolvendo, cada um deles, a prestação de pelo menos 5.000 (cinco mil) horas desse tipo de serviço, durante um período de 12 (doze) meses consecutivos (qualquer período, a critério do fornecedor)		
<b>Nota Total do Critério 1 (máximo = 35 pontos):</b>		

**2 - QUALIDADE:** verifica a certificação da aderência técnica aos padrões dos fornecedores da plataforma tecnológica da SEF/MG e a certificação de qualidade dos processos de trabalho fornecedor. Valor total: 18 pontos.



**2.1 - Qualidade de processos de software:** será pontuada conforme as premissas abaixo.  
Valor: 5 pontos.

As certificações em melhoria de processos de software consideradas serão CMMI ou MPS-BR e serão pontuadas de acordo com o nível de maturidade obtido.

\*Os pontos não serão cumulativos, caso haja mais de uma certificação do fornecedor, sendo atribuída apenas a pontuação mais alta obtida.

**2.2 - Qualidade de gestão de serviços de TI e segurança:** será pontuada conforme as premissas abaixo. Valor: 13 pontos.

As certificações consideradas serão NBR-ISO IEC 20000, para gestão de serviços de TI, ISO 9000, para gestão de qualidade, eSCM-SP, para a prestação de serviços de TI e NBR ISO IEC 27001 ou BS 7799-2, para segurança da informação.

\*\*Os pontos serão cumulativos, caso haja mais de uma certificação do fornecedor, com exceção das certificações eSCM-SP, para as quais será atribuída apenas a pontuação mais alta obtida.

Critério	Certificação	Nível	Pontuação	Nota
2.1 - Qualidade de Processos de Software*	MPS-BR	G e F	2 pontos	
	MPS-BR	D e E	3 pontos	
	MPS-BR	B e C	4 pontos	
	MPS-BR	A	5 pontos	
	CMMI	2	2 pontos	
	CMMI	3	3 pontos	
	CMMI	4	4 pontos	
	CMMI	5	5 pontos	
Critério	Certificação	Nível	Pontuação	Nota
2.2 - Qualidade de gestão de serviços de TI e segurança**	NBR-ISO IEC 20000	-	5 pontos	
	Certificação	Nível	Pontuação	
	ISO 9000	-	1 ponto	
	Certificação	Nível	Pontuação	
	eSCM-SP	2	2 pontos	
	eSCM-SP	3	3 pontos	
	eSCM-SP	4	4 pontos	
	eSCM-SP	5	5 pontos	
	Certificação	Nível	Pontuação	
	NBR ISO IEC 27001 ou BS 7799-2	-	2 pontos	
Nota Total do Critério 2 (máximo = 18 pontos)				

**3 - COMPATIBILIDADE:** será verificada a experiência na execução de serviços de suporte técnico envolvendo o ambiente tecnológico, no que tange à quantidade de equipamentos servidores instalados (sem considerar servidores virtuais), quantidade de usuários de rede e armazenamento bruto de dados. Será pontuada conforme as premissas abaixo. Valor total: 15 pontos.

\*Os pontos não serão cumulativos. Será considerado apenas um atestado por contrato/cliente.

Critério	Faixas	Pontuação	Nota
3.1 – Equipamentos servidores instalados	Até 30 servidores	1 ponto	
	De 31 até 49 servidores	2 pontos	



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

	De 50 até 69 servidores	3 pontos	
	De 70 até 90 servidores	4 pontos	
	Acima de 90 servidores	5 pontos	
3.2 – Estações de trabalho	Até 2500 estações de trabalho	1 ponto	
	De 2501 até 3499 estações de trabalho	2 pontos	
	De 3500 até 4499 estações de trabalho	3 pontos	
	De 4500 até 5499 estações de trabalho	4 pontos	
	Acima de 5500 estações de trabalho	5 pontos	
3.3 – Armazenamento bruto de dados	Até 40 trilhões de bytes	1 ponto	
	Acima de 40 trilhões de bytes até 70 trilhões de bytes	2 pontos	
	Acima de 70 trilhões de bytes até 100 trilhões de bytes	3 pontos	
	Acima de 100 trilhões de bytes até 130 trilhões de bytes	4 pontos	
	Acima de 130 trilhões de bytes	5 pontos	
<b>Nota Total do Critério 3 (máximo = 15 pontos):</b>			

**4 - SUPORTE A SERVIÇOS:** verifica a capacidade de o fornecedor prestar suporte aos serviços prestados, levando em conta suas parcerias com fabricantes dos equipamentos e softwares em uso na SEF/MG. Serão computadas as parcerias existentes, desde que devidamente certificadas pelos fabricantes. As parcerias serão consideradas independentemente de seu nível (avançadas ou não, nível prata, nível ouro, nível platina etc.). Valor total: 12 pontos.

Os pontos serão cumulativos, caso haja mais de uma certificação do fornecedor:

Parceria Certificada	Pontuação	Nota
Oracle	2 pontos	
Sun Microsystems	2 pontos	
Computer Associates	1 ponto	
Microsoft	2 pontos	
IBM	1 ponto	
Websense	1 ponto	
Checkpoint	1 ponto	
Cisco	1 ponto	
Red Hat	1 ponto	
<b>Nota Total do Critério 4 (máximo = 12 pontos):</b>		

<b>Nota Técnica (NT) =</b>	<b>Nota Total do Critério 1 + Nota Total do Critério 2 + Nota Total do Critério 3 + Nota Total do Critério 4</b>
----------------------------	--



#### ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL

**1 - Objeto:** Prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, compostos de:

- a) suporte e gestão de aplicações em ambiente de produção, incluindo operação, escalonamento de tarefas e acompanhamento de sua execução;
- b) administração de banco de dados, servidores de aplicação, sistemas operacionais, softwares de segurança e redes;
- c) desenvolvimento e ou manutenção de sistemas nas linguagens Java, Delphi e Natural.

**2 - O volume de serviços está estimado em 190.840 (cento e noventa mil, oitocentas e quarenta) Horas-Atividade anuais e 7.350 (sete mil trezentos e cinquenta) Horas-Atividade adicionais.**

**3 - Os fornecedores deverão apresentar proposta de preços - que terão como base a Hora-Atividade do serviço de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior, da seguinte maneira:**

<b>PROPOSTA COMERCIAL</b> (em papel que identifique o fornecedor)				
<b>CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 1191001 004/2010</b>			<b>PROCESSO N.º: 0012351-1190-2009-6</b>	
<u>Dados a constar na proposta</u>		<u>Preenchimento pelo proponente</u>		
Nome Empresarial				
CNPJ				
Inscrição Estadual				
Endereço				
Telefone/Fax				
Nome do Signatário				
Identidade do Signatário				
Nacionalidade do Signatário				
CPF do Signatário				
Data de entrega dos envelopes				
Prazo de Validade da Proposta		60 (sessenta) dias contados da data de entrega dos envelopes		
<b>HORA-ATIVIDADE</b>				
(Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior)				
ITEM 1	Quantidade de Horas Atividade (A)	Valor/Hora-Atividade (B)	Fator de Ponderação (C)	Valor Ponderado (D) (=BxC)
	190.840		0,56	
Total Item 1 = Valor ponderado (D) X Qtde de Horas Atividade (A)				R\$
ITEM 2	Quantidade de Horas Atividade Adicionais (E)	Valor/Hora-Atividade Adicional (F)	Fator de Ponderação (C)	Valor Ponderado (G) (=FxG)
	7.350		0,54	
Total Item 2 = Valor ponderado (G) X Qtde de Horas Atividade Adicionais (E)				R\$
<b>ACRÉSCIMO COBRADO POR HORA-ATIVIDADE PARA PROFISSIONAL ALOCADO FORA DAS INSTALAÇÕES DA SEF (PARA QUALQUER PERFIL)</b>				
ITEM 3	Quantidade de Horas de Profissional Alocado fora das Instalações da SEF/MG (H)	Acréscimo cobrado por hora atividade para profissional alocado fora das instalações da SEF/MG (I)	Fator de Ponderação (J)	Valor Ponderado (K) (=IxJ)
	29.400		1	



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Total Item 3 = Valor ponderado (K) X Qtde de Horas Profissional Alocado fora das Instalações da SEF/MG (H)	R\$
<b>VALOR TOTAL = Total Item 1 + Total Item 2 + Total Item 3:</b>	R\$
<b>ESTIMATIVA DE CUSTO ANUAL COM DESLOCAMENTO</b>	R\$64.000,00
<b>VALOR GLOBAL ANUAL DO CONTRATO</b>	R\$
1 - Declaro que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos, e que nos preços cotados encontram-se incluídos todos os custos e despesas, diretos e indiretos, com tributos incidentes, encargos sociais/trabalhistas, seguros, lucro e outras despesas e custos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da presente licitação. 2 - Declaro que a proposta de preço atende a todos os prazos, requisitos e especificações constantes deste edital e seus anexos.	

**Observações:**

1 - Para a composição do valor global anual do contrato **todos os fornecedores** deverão considerar a **estimativa de custo anual com deslocamento** no valor de **R\$64.000,00** (sessenta e quatro mil reais).

2 - O fornecedor vencedor deverá apresentar, como condição para adjudicação do objeto, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o término da sessão de julgamento, planilha demonstrando a formação de preços para os serviços prestados, contendo, no mínimo, indicação da remuneração, dos encargos sociais (INSS, Sesi ou Sesc [se for o caso], SENAI ou SENAC [se for o caso], INCRA [se for o caso], seguro de acidentes de trabalho-SAT-INSS [se for o caso], FGTS, salário educação, SEBRAE [se for o caso], férias, adicional de 1/3 de férias, FGTS nas rescisões sem justa causa, aviso prévio indenizado, auxílio doença, licença paternidade/maternidade, faltas legais, acidentes de trabalho e 13º Salário), vale alimentação, vale transporte (se for o caso), treinamento ou reciclagem (mínimo de 40 horas anuais), despesas administrativas e operacionais, lucro e tributos/contribuições para-fiscais (ISSQN, COFINS, CSSL, PIS/PASEP).

Local, data e assinatura do responsável



**ANEXO V - TABELA DE REMUNERAÇÃO SALARIAL MÍNIMA**

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>R\$</b>
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Sênior	4.800,00
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Pleno	3.237,68
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Júnior	2.200,00
Serviços de Administrador de Dados Sênior	4.700,00
Serviços de Administrador de Dados Pleno	3.400,00
Serviços de Administrador de Dados Júnior	2.200,00
Serviços de Analista de Requisitos Sênior	4.700,00
Serviços de Analista de Requisitos Pleno	2.890,04
Serviços de Analista de Requisitos Júnior	1.886,27
Serviços de Programador JAVA Sênior	4.080,00
Serviços de Programador JAVA Pleno	2.752,03
Serviços de Programador JAVA Júnior	1.870,00
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Sênior	3.256,37
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Pleno	2.081,24
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Júnior	1.539,39
Serviços de Desenvolvedor Natural Sênior	4.599,92
Serviços de Desenvolvedor Natural Pleno	2.897,71
Serviços de Desenvolvedor Natural Júnior	1.337,38
Serviços de Programador Natural Sênior	3.909,93
Serviços de Programador Natural Pleno	2.463,05
Serviços de Programador Natural Júnior	1.136,77
Serviços de Documentador Sênior	2.210,12
Serviços de Documentador Pleno	1.581,80
Serviços de Documentador Júnior	782,14
Serviços de Analista de Testes Sênior	3.170,60
Serviços de Analista de Testes Pleno	2.092,78
Serviços de Analista de Testes Júnior	1.241,80
Serviços de Testador Sênior	2.695,01
Serviços de Testador Pleno	1.778,86
Serviços de Testador Júnior	1.055,53
Serviços de Analista de Data warehouse Sênior	4.700,00
Serviços de Analista de Data warehouse Pleno	3.400,00
Serviços de Analista de Data warehouse Júnior	2.200,00
Serviços de Programador de Produção Sênior	2.247,03
Serviços de Programador de Produção Pleno	1.523,18
Serviços de Programador de Produção Júnior	774,67
Serviços de Operador de Produção Sênior	1.800,70
Serviços de Operador de Produção Pleno	1.238,63
Serviços de Operador de Produção Júnior	815,74
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Sênior	4.597,71
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Pleno	2.795,02
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Júnior	1.904,35
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior	6.437,00



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Pleno	3.855,18
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Júnior	2.600,81
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Sênior	6.333,00
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Pleno	4.927,00
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Júnior	2.136,00
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Sênior	3.932,28
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Pleno	2.573,80
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Júnior	1.426,38
Serviços de Suporte a Redes Sênior	3.226,74
Serviços de Suporte a Redes Pleno	2.115,38
Serviços de Suporte a Redes Júnior	1.534,40
Serviços de Analista de Produção Sênior	2.693,35
Serviços de Analista de Produção Pleno	1.807,72
Serviços de Analista de Produção Júnior	733,60
Serviços de Auxiliar de Produção Sênior	1.530,60
Serviços de Auxiliar de Produção Pleno	1.052,84
Serviços de Auxiliar de Produção Júnior	693,38
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Sênior	5.421,97
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Pleno	3.102,48
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Júnior	1.875,77
Serviços de Analista de Segurança Sênior	4.407,91
Serviços de Analista de Segurança Pleno	2.713,70
Serviços de Analista de Segurança Júnior	1.647,00
Serviços de Projetista de Interface Sênior	1.574,30
Serviços de Projetista de Interface Pleno	915,69
Serviços de Projetista de Interface Júnior	510,99
Serviços de Arquiteto de Software Sênior	7.080,70



## ANEXO VI – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

\_\_\_\_\_, por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade da SEF/MG, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços a SEF/MG - Contrato nº \_\_\_\_/20\_\_, celebrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, estabelece contato com informações privadas da SEF/MG, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da SEF/MG e do RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal da SEF/MG signatário do Contrato ora referido.

### CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da SEF/MG e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações confidenciais;
- II. Documentos relativos às estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de contribuintes e cidadãos e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços desenvolvidos pela SEF/MG ou por terceiros para a SEF/MG que estejam em utilização;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_.
- VI. Quaisquer peculiaridades inerentes ao serviço que é objeto do Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_.

### CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a VI da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da SEF/MG, signatário do Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da SEF/MG poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.



#### **CLÁUSULA QUARTA**

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_, para imediata devolução a SEF/MG, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa relacionada ao Contrato, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pela SEF/MG.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente à SEF/MG qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e a SEF/MG e abrangem as informações presentes ou futuras.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

O RESPONSÁVEL se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar a SEF/MG declaração individual de adesão e aceitação das presentes cláusulas, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
EMPRESA (Representante Legal)

DE ACORDO: (integrantes da equipe técnica do RESPONSÁVEL)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## **ANEXO VII - MINUTA CONTRATUAL**

Contrato de prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, originário da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 1191001 004/2010, Tipo TÉCNICA E PREÇO, Processo n.º 0012351-1190-2009-6, nos termos do Decreto Estadual n.º 44.431, de 29 de dezembro de 2006, Decreto Estadual n.º 44.630, de 03 de outubro de 2007, Resolução Conjunta SEPLAG-SEDE-JUCEMG n.º 6.419, de 30 de novembro de 2007, Resolução SEPLAG n.º 58, de 30 de novembro de 2007, Resolução SEPLAG n.º 009, de 16 de fevereiro de 2009, regido pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas condições estabelecidas no edital, observados os preceitos da Lei Estadual n.º 13.994, de 18 de setembro de 2001

**CONTRATANTE:** ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**ENDEREÇO:** Rua Alagoas, n.º 880, Funcionários - Belo Horizonte/MG

**CNPJ/MF:** 18.715.615/0001-60

**REPRESENTANTE LEGAL:** Pedro Luiz César Gonçalves Bezerra, Assessor Especial de Informática, Superintendência da Tecnologia da Informação – STI, credenciado na forma da Resolução n.º. 3.960, de 12 de fevereiro de 2008.

**CONTRATADO:** (NOME EMPRESARIAL)

**ENDEREÇO:**

**CNPJ/MF:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**CI (RG) :** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, compostos de:

- a) suporte e gestão de aplicações em ambiente de produção, incluindo operação, escalonamento de tarefas e acompanhamento de sua execução;
- b) administração de banco de dados, servidores de aplicação, sistemas operacionais, softwares de segurança e redes;
- c) desenvolvimento e ou manutenção de sistemas nas linguagens Java, Delphi e Natural.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O volume de serviços está estimado em **190.840 (cento e noventa mil, oitocentas e quarenta) Horas-Atividade anuais** e **7.350 (sete mil trezentos e cinquenta) Horas-Atividade adicionais**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**I** - Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações e condições descritas no Anexo II - Especificação Técnica do Edital da Concorrência Pública nº 1191001 004/2010, parte integrante deste Contrato.

**II** – A aceitação dos serviços será realizada de acordo com os critérios estabelecidos nos itens 2.4 e 2.5 do Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº 1191001 004/2010.



### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

I - Os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE, relativos à prestação dos serviços, terão como base a Hora-Atividade do serviço de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior, conforme especificações descritas no Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº 1191001 004/2010 e o quadro abaixo:

<b>HORA-ATIVIDADE</b> (Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior)				
ITEM 1	Quantidade de Horas Atividade (A)	Valor/Hora-Atividade (B)	Fator de Ponderação (C)	Valor Ponderado (D) (=BxC)
	190.840		0,56	R\$
Total Item 1 = Valor ponderado (D) X Qtde de Horas Atividade (A)				R\$
ITEM 2	Quantidade de Horas Atividade Adicionais (E)	Valor/Hora-Atividade Adicional (F)	Fator de Ponderação (C)	Valor Ponderado (G) (=FxC)
	7.350		0,54	R\$
Total Item 2 = Valor ponderado (G) X Qtde de Horas Atividade Adicionais (E)				R\$
<b>ACRÉSCIMO COBRADO POR HORA-ATIVIDADE PARA PROFISSIONAL ALOCADO FORA DAS INSTALAÇÕES DA SEF (PARA QUALQUER PERFIL)</b>				
ITEM 3	Quantidade de Horas de Profissional Alocado fora das Instalações da SEF/MG (H)	Acréscimo cobrado por hora atividade para profissional alocado fora das instalações da SEF/MG (I)	Fator de Ponderação (J)	Valor Ponderado (K) (=IxJ)
	29.400		1	R\$
Total Item 3 = Valor ponderado (K) X Qtde de Horas Profissional Alocado fora das Instalações da SEF/MG (H)				R\$
<b>VALOR GLOBAL = Total Item 1 + Total Item 2 + Total Item 3:</b>				R\$
<b>ESTIMATIVA DE CUSTO ANUAL COM DESLOCAMENTO</b>				R\$64.000,00
<b>VALOR GLOBAL ANUAL DO CONTRATO</b>				R\$

II - O valor a ser pago pela Hora-Atividade para cada tipo de serviço será um percentual do valor da Hora-Atividade do serviço de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior, conforme tabela abaixo:

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Fator de Ajuste da HORA-ATIVIDADE</b>
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Sênior	75%
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Pleno	50%
Serviços de Desenvolvedor Java J2EE Júnior	34%
Serviços de Administrador de Dados Sênior	73%
Serviços de Administrador de Dados Pleno	53%



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Serviços de Administrador de Dados Júnior	34%
Serviços de Analista de Requisitos Sênior	73%
Serviços de Analista de Requisitos Pleno	45%
Serviços de Analista de Requisitos Júnior	29%
Serviços de Programador JAVA Sênior	63%
Serviços de Programador JAVA Pleno	43%
Serviços de Programador JAVA Júnior	29%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Sênior	51%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Pleno	32%
Serviços de Desenvolvedor DELPHI Júnior	24%
Serviços de Desenvolvedor Natural Sênior	71%
Serviços de Desenvolvedor Natural Pleno	45%
Serviços de Desenvolvedor Natural Júnior	21%
Serviços de Programador Natural Sênior	61%
Serviços de Programador Natural Pleno	38%
Serviços de Programador Natural Júnior	18%
Serviços de Documentador Sênior	34%
Serviços de Documentador Pleno	25%
Serviços de Documentador Júnior	12%
Serviços de Analista de Testes Sênior	49%
Serviços de Analista de Testes Pleno	33%
Serviços de Analista de Testes Júnior	19%
Serviços de Testador Sênior	42%
Serviços de Testador Pleno	28%
Serviços de Testador Júnior	16%
Serviços de Analista de Data warehouse Sênior	73%
Serviços de Analista de Data warehouse Pleno	53%
Serviços de Analista de Data warehouse Júnior	34%
Serviços de Programador de Produção Sênior	35%
Serviços de Programador de Produção Pleno	24%
Serviços de Programador de Produção Júnior	12%
Serviços de Operador de Produção Sênior	28%
Serviços de Operador de Produção Pleno	19%
Serviços de Operador de Produção Júnior	13%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Sênior	71%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Pleno	43%
Serviços de Suporte a Ambiente Unix/Solaris Júnior	30%
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Sênior	100%
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Pleno	60%
Serviços de Administrador de Banco de Dados Oracle Júnior	40%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Sênior	98%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Pleno	77%
Serviços de Suporte a Servidores de Aplicação Júnior	33%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Sênior	61%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Pleno	40%
Serviços de Suporte a Ambiente Windows Server Júnior	22%





Serviços de Suporte a Redes Sênior	50%
Serviços de Suporte a Redes Pleno	33%
Serviços de Suporte a Redes Júnior	24%
Serviços de Analista de Produção Sênior	42%
Serviços de Analista de Produção Pleno	28%
Serviços de Analista de Produção Júnior	11%
Serviços de Auxiliar de Produção Sênior	24%
Serviços de Auxiliar de Produção Pleno	16%
Serviços de Auxiliar de Produção Júnior	11%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Sênior	84%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Pleno	48%
Serviços de Suporte à Infraestrutura de Rede Júnior	29%
Serviços de Analista de Segurança Sênior	68%
Serviços de Analista de Segurança Pleno	42%
Serviços de Analista de Segurança Júnior	26%
Serviços de Projetista de Interface Sênior	24%
Serviços de Projetista de Interface Pleno	14%
Serviços de Projetista de Interface Júnior	8%
Serviços de Arquiteto de Software Sênior	110%

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente contrato terá a vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos idênticos e sucessivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme dispõe o artigo 57, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

I - O CONTRATADO deverá emitir os documentos fiscais com os seguintes dados:

**a) Dados do CONTRATANTE**

Nome: EMG/SEF/Superintendência de Tecnologia da Informação

CNPJ: 18.715.615/0001-60

Endereço: Rua Alagoas, n.º 880, Funcionários - Belo Horizonte/MG

**b) Dados do CONTRATADO**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Número da conta: \_\_\_\_\_

II - O pagamento será efetuado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de crédito em conta bancária do CONTRATADO, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Nota Fiscal Fatura e Termos de Aceitação emitidos pelo CONTRATANTE, devidamente conferidos e atestados pelo responsável, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso, da seguinte forma:

a) para as Ordens de Serviço com duração de até 12 meses, o pagamento será efetuado mensalmente, com base nos produtos entregues ao final de cada mês;



b) para produtos que envolvam desenvolvimento de novos softwares ou manutenções previamente definidas, o pagamento será feito a partir da aceitação de cada produto entregue;

c) para produtos que envolvam a prestação de serviços de desenvolvimento e de suporte não previstos com antecedência (suporte ao ambiente, aos usuários, e manutenções corretivas/adaptativas de rotina, executadas sob demanda, e de caráter urgente e inadiável), o pagamento será feito mensalmente mediante aceitação técnica dos serviços efetivamente prestados.

**III** - Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "*pro-rata tempore*" do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA CONTRATUAL**

O **CONTRATADO** deverá prestar garantia na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, a qual será devolvida após o cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, nos termos do art. 56, §§ 1º ao 4º, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço dos serviços poderá ser reajustado, mediante Termo Aditivo, a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base na variação do IPCA/IBGE no período, ou no caso de sua extinção, outro índice que venha a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **I - DO CONTRATADO**

Constituem obrigações do CONTRATADO, além das estipuladas no Anexo II – Especificação Técnica do edital, as estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados, as especificadas neste instrumento:

a) manter as condições de habilitação e qualificações exigidas no ato convocatório, responsabilizando-se integralmente pela prestação dos serviços, não podendo, em nenhuma hipótese, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente;

b) apresentar ao CONTRATANTE, até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, plano de cargos e salários, com promoções alternadas por antiguidade e merecimento, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devidamente homologado por Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e do Emprego, contemplando os profissionais alocados ao CONTRATANTE para a prestação de serviços que são objeto deste contrato;

c) substituir, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, o profissional cujo desempenho seja considerado prejudicial ou insatisfatório à prestação dos serviços, assim como o profissional que tenha pedido demissão ou que precise ser afastado por qualquer outro motivo;

d) comprovar, a qualquer tempo, perante o CONTRATANTE, o vínculo empregatício mantido com a equipe técnica alocada, mediante apresentação de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, com suas anotações e atualizações;

d.1) o CONTRATADO deverá comprovar, sempre que requerido pelo CONTRATANTE, vínculo empregatício por intermédio da relação nominal de recolhimento do FGTS. No



primeiro mês de serviço de cada profissional devem ser apresentadas a cópia da ficha cadastral ou ficha de registro de empregado e cópia da carteira de trabalho;

e) manter os serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço ou demissões de seus empregados, enviando mensalmente ao CONTRATANTE a escala de férias de seus empregados envolvidos na prestação dos serviços contratados;

e.1) informar imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que ponha em risco a execução dos serviços, com vistas a ações corretivas, bem como alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa;

f) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

g) empregar pessoal, para manutenção ou intervenção, tecnicamente capacitado e qualificado para a execução dos serviços previstos no objeto deste Contrato, fornecendo, obrigatoriamente, aos técnicos designados, crachás de identificação para acesso às dependências do CONTRATANTE;

h) garantir a participação dos profissionais alocados para a prestação de serviços em, pelo menos, 40 (quarenta) horas anuais de treinamento/capacitação em cursos oficiais ofertados pelos fabricantes dos equipamentos e softwares utilizados pelo CONTRATANTE ou em treinamentos oferecidos pelas instituições responsáveis pela manutenção dos frameworks adotados por este, admitindo-se a participação em cursos ministrados por empresas por eles autorizadas;

h.1) os treinamentos serão realizados às expensas do CONTRATADO, sem ônus de qualquer natureza para o CONTRATANTE;

i) garantir disponibilidade mensal dos serviços eletrônicos relacionados no sítio institucional da SEF de, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento), excluindo-se paradas técnicas para manutenção.

i.1) as paradas técnicas para manutenção deverão ser informadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas às áreas de negócio do CONTRATANTE e aos cidadãos;

i.2) caso o índice de disponibilidade não seja atingido por culpa do CONTRATADO, serão aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;

j) atender a todas as demandas constantes nas Ordens de Serviço (OS) entregues pelo CONTRATANTE, cumprindo a exigência quanto aos perfis técnicos elencados para o serviço;

j.1) acatar complemento de OS a qualquer momento ou solicitar o complemento de OS que não esteja completa;

j.2) acatar decisões do CONTRATANTE quanto ao cancelamento, suspensão e ou substituição de OS;

j.3) comprovar, a qualquer tempo, a qualificação dos profissionais alocados na OS;

k) controlar e acompanhar o cumprimento dos serviços contratados, ficando responsável por toda a infraestrutura técnica necessária em suas instalações, mantendo profissionais atuando como seus representantes para realizar a supervisão técnica dos serviços, nos locais onde estes estiverem sendo executados;

k.1) designar um responsável que avaliará os serviços solicitados pelo CONTRATANTE e reportará dúvidas e considerações; tais questões deverão ser analisadas em conjunto, de forma a garantir o pleno entendimento do serviço a ser realizado;

k.2) fornecer e manter atualizado o nome completo, telefone e e-mail do responsável pelo acompanhamento do contrato;

l) permitir o acesso de técnicos formalmente indicados pelo CONTRATANTE às instalações do CONTRATADO, bem como a informações e documentos pertinentes aos serviços demandados, para a efetiva verificação do andamento e progresso do desenvolvimento das OS;



m) prestar, a qualquer tempo, todos os esclarecimentos sobre o progresso da execução de OS, o que poderá ser feito por intermédio de relatórios periódicos ou por reuniões realizadas entre os representantes do CONTRATADO e do CONTRATANTE, com o objetivo de demonstrar a real situação das demandas, a critério do CONTRATANTE;

n) reunir-se pelo menos uma vez a cada 90 (noventa) dias com técnicos e gerentes designados pelo CONTRATANTE, a fim de repassar conhecimentos técnicos relacionados aos serviços prestados, sem prejuízo da documentação técnica detalhada que deverá ser mantida, na forma prevista na metodologia e nos frameworks adotados pelo CONTRATANTE;

o) entregar ao CONTRATANTE, nos prazos acordados, todos os produtos de trabalho estabelecidos;

p) refazer, sem ônus para o CONTRATANTE, imediatamente após a notificação, dentro do prazo estabelecido, os serviços prestados que apresentarem defeitos, erros, danos, falhas e/ou quaisquer outras irregularidades, em razão de negligência, má execução, emprego de mão-de-obra e/ou ferramentas inadequadas;

q) garantir por um prazo de 6 (seis) meses, a partir da assinatura do Termo de Aceitação dos serviços, todas as manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, sem ônus para o CONTRATANTE, independente da vigência contratual;

r) entregar, no momento do término ou da rescisão deste contrato, a documentação e o material de propriedade do CONTRATANTE que estejam em seu poder;

s) repassar o conhecimento adquirido a técnicos do CONTRATANTE ou gerentes indicados por este, nos 30 (trinta) dias anteriores à rescisão ou término deste contrato, disponibilizando, para esse fim, parte da equipe alocada;

s.1) os profissionais alocados para efetuar o repasse deverão ter experiência compatível com nível sênior;

s.2) os técnicos e/ou gerentes indicados pelo CONTRATANTE poderão ser de empresa contratada para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação;

s.3) a alocação dos profissionais que efetuarão o repasse não poderá afetar os projetos em execução no CONTRATANTE.

t) tratar com sigilo e confidencialidade e não fazer uso comercial de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, modelos, diagramas e dispositivos relativos aos serviços contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros;

t.1) assinar o Termo de Confidencialidade, conforme Anexo VI;

t.2) em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

u) manter seus empregados, quando nas dependências do CONTRATANTE, sujeitos às suas normas de funcionamento, disciplina e segurança, porém sem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

v) o CONTRATADO deverá executar o controle de entrada e saída dos profissionais alocados no CONTRATANTE, por meio de mecanismos como sistema de ponto eletrônico ou crachá eletrônico, encaminhando os relatórios de frequência, quando solicitados.

x) prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, independente de solicitação;

y) prestar as informações e os esclarecimentos necessários, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas as solicitações formalmente feitas pelo CONTRATANTE, através da Superintendência de



Tecnologia da Informação – STI, inclusive permitir e assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar os serviços contratados;

w) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;

z) emitir a nota fiscal referente aos serviços aceitos.

## **II - DO CONTRATANTE**

a) designar fiscal(is)/gerente(s) de contrato que será(ão) o(s) principal(is) representante(s) do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO;

b) expedir Ordens de Serviço para o CONTRATADO, definindo os perfis a serem alocados para a execução de serviços;

c) determinar o horário da prestação dos serviços, sendo considerado a jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em intervalo compreendido entre 8:00 horas e 18:00 horas, com exceção dos perfis de Programador de Produção e Operador de Produção, cuja jornada é de 6(seis) horas diárias, em regime de turnos, 7 (sete) dias por semana e 24 (vinte e quatro) horas por dia;

d) solicitar formalmente a prestação de serviços em horário distinto daquele contemplado no item c acima;

e) fiscalizar a execução do contrato;

f) assegurar ao pessoal do CONTRATADO, após devidamente credenciado, o acesso e permanência em suas dependências para a plena execução do contrato;

g) comunicar ao CONTRATADO sobre alterações na plataforma tecnológica, normas, padrões, processos e procedimentos e estipular prazos para a adequação;

h) notificar o CONTRATADO, por escrito, admitindo-se a utilização de correio eletrônico, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratualmente previstas;

i) manusear os softwares de acordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATADO;

j) tomar ciência quanto ao profissional selecionado pelo CONTRATADO, verificando a conformidade de seu currículo com os perfis definidos no instrumento convocatório e seus anexos;

k) acompanhar, periodicamente, a execução dos serviços, dentro dos padrões de qualidade e produtividade estabelecidos, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

l) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO com relação ao objeto deste contrato;

m) permitir que somente pessoas autorizadas pelo CONTRATADO prestem assistência técnica;

n) emitir documento de aceitação dos serviços prestados, após verificação de sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal;

o) efetuar o pagamento pelos serviços aceitos.



#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR ESTIMADO**

Para efeitos legais, estima-se o valor anual deste contrato em R\$  
(\_\_\_\_\_).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias 1191.04.122.701.2427.0001 339039 Fonte 101 e 291, 1191.04.129.017.1089.0001 339039 Fonte 101 e 121, 1191.04.129.017.1091.0001 339039 Fonte 101 e 121 do orçamento em vigor, aprovado pela Lei n.º 18.693, de 04 de janeiro de 2010, e quanto aos exercícios subseqüentes, pelas dotações próprias que forem fixadas nos respectivos orçamentos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

**I** - advertência escrita - comunicação formal quanto à conduta do CONTRATADO sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**II** – multa, a qual deverá observar os seguintes limites máximos:

- a) 5% sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, quando tiverem sido feitas duas advertências consecutivas ao CONTRATADO no mês;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços constantes na Ordem de Serviço (OS), por inexecução parcial do ajuste;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços constantes na Ordem de Serviço (OS), por inexecução total do ajuste;
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor global anual do contrato, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do contrato, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos nos termos do inciso III, do artigo 87 da Lei Federal N.º. 8.666/93;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do CONTRATADO perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, nos termos do artigo 34, II, do Decreto n.º. 44.431, de 29 de dezembro de 2006.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

**I** - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade signatária deste contrato.



**II** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do CONTRATADO no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**III** – O valor da multa prevista no inciso II do *caput* desta Cláusula será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Estadual, ou será cobrado judicialmente, nos termos do § 1º do artigo 18, do Decreto nº 44.431/2006.

**IV** - As penalidades contidas nesta Cláusula não impedem a rescisão unilateral do Contrato.

**V** – Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**VI** – Poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos serviços for devidamente justificado pelo CONTRATADO e desde que aceito pelo CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, visando cumprir as obrigações contratuais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

A fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços objeto do Contrato.

### **CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

**I** - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

**II** - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

**III** - judicial, nos termos da legislação.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

No caso da rescisão unilateral, o CONTRATANTE não indenizará ao CONTRATADO, salvo pelos serviços prestados e aceitos definitivamente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Compete à Diretoria de Suporte e Produção da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI encarregar-se da fiscalização contratual e fazer cumprir as cláusulas e condições descritas neste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

O CONTRATADO deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas BIRD, conforme indicado a seguir:

**I** - O CONTRATADO deve permitir que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos a apresentação de ofertas e cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo



Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Para isso, o CONTRATADO deverá: ( i ) manter todos os documentos e registros referentes ao projeto financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD por um período de três (3) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato; e ( ii ) entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do projeto financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal BIRD ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso o CONTRATADO não cumprir a exigência BIRD, ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte BIRD, O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, inteiramente a sua descrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ele.

II - Se, de acordo com o procedimento administrativo do BIRD, ficar comprovado que um funcionário do CONTRATADO ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD poderá declarar inelegíveis o CONTRATADO e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos financiados com recursos do BIRD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

O extrato deste Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado e o contrato registrado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

CONTRATADO

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

1) nome e CPF /MF

2 ) nome e CPF/MF